

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS  
PROGRAMA INTEGRADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL - PRODERE**

**PRINCÍPIOS INFLUENCIADORES PARA ESTRATÉGIAS  
SUSTENTÁVEIS DE ECOTURISMO**

**ANGELA NEVES BULBOL DE LIMA**

**MANAUS**

**2005**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS  
PROGRAMA INTEGRADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL - PRODERE**

**ANGELA NEVES BULBOL DE LIMA**

**PRINCÍPIOS INFLUENCIADORES PARA ESTRATÉGIAS  
SUSTENTÁVEIS DE ECOTURISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

**Orientador: Profº Dr. Raimundo Santos do Nascimento**

**MANAUS  
2005**

**ANGELA NEVES BULBOL DE LIMA**

**PRINCÍPIOS INFLUENCIADORES PARA ESTRATÉGIAS  
SUSTENTÁVEIS DE ECOTURISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Aprovado em 25 de fevereiro de 2005

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Raimundo Santos  
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Francisco Mendes  
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Mozarth Correa de Melo Júnior  
Centro Universitário Nilton Lins

Ao meu Pai, Wilson, que se foi sem ver este sonho realizado.  
Ele sempre me dizia que eu podia qualquer coisa.

A minha mãe, Lindalva.  
Força, Fé, Amor e Amizade em todos os momentos.

Aos meus filhos, Juarezinho e João Gabriel, inspiração da  
minha vida, razão do meu viver.

Ao meu marido Juarez, amor da vida inteira, amigo sempre  
ao lado, parceiro de todos os caminhos.

As minhas irmãs, Heloisa que sonhou comigo, partilhou e  
vibra com todos os êxitos e Izabel, que ao seu jeito, está  
sempre comigo.

A Deus e a Fé

Ao extraordinário ser humano Professor Raimundo Santos, que além de Orientador, foi amigo otimista em todas as horas.

Aos meus caros amigos da Universidade Federal do Amazonas: Marlene, Baima, Dirce, Glória, Natanael, Cláudio, Queiroz e Sávio e tantos outros com quem eu divido este momento.

A competente Auxiliadora Bianco, que com toda paciência participou de cada linha deste trabalho.

Ao Coordenador do PRODERE Professor Rosalvo Machado Bentes que muito se empenhou para a concretização deste projeto.

A Universidade Federal do Amazonas e aos colegas de turma em especial Folhadela, Elnó e Francisco Raimundo.

**AGRADEÇO**

## RESUMO

A implantação de um novo modelo de desenvolvimento com essa pauta, demanda uma ação abrangente e articulada, para a redefinição de estratégias, processos e dinâmicas de escopo sustentável. Isso exige prazo de maturação e, necessariamente, a execução de políticas públicas e de programas de estruturação econômica, ambiental, legal, social, cultural, tecnológica e educacional.

Assim, todos temos a responsabilidade e a consciência da necessidade da implementação de pensar e repensar paradigmas e alternativas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, neste trabalho aqui dimensionados pelo Ecoturismo, que possam modelar um futuro mais equilibrado para essa região, ou no mínimo, buscando elementos instigadores para a largada desse processo, vislumbrando ao máximo, os seus diferentes impactos de curto, médio e longo prazo, sobre os seus sistemas econômico, cultural, social e ecológico.

Focando no Estado do Amazonas, sem querer ser utópico, mas ousado, é que se pretende realizar este estudo, sobre os pressupostos estratégicos para o Ecoturismo que não tem a pretensão de exaurir o assunto que por si só é complexo, polêmico e extremamente desafiador.

## **ABSTRACT**

The implantation of a new development model with that line, demands an including and articulate action, for the redefinition of strategies, processes and dynamics of maintainable mark. That demands period of maturation and, necessarily, the execution of public politics and of programs of structuring economical, environmental, legal, social, cultural, technological and education.

Like this, all are the responsibility and the aware of the need of the implementation of to think and to rethink paradigms and alternatives of maintainable development for the Amazônia, in this work defined for Ecoturismo, that can model a more balanced future for that area, or at least, looking for elements for the start of that process, glimpsing to the maximum, their different impacts of short, medium and long period, on their systems economical, cultural, social and ecological.

Focusing in the State of Amazon, unintentionally to be Utopian, but daring, it is that she intend to accomplish this study, on the strategic presuppositions for Ecoturismo that doesn't have the pretension of exhausting the subject that by itself is complex, controversial and extremely challenging.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2 UMA ABORDAGEM SOBRE A SUSTENTABILIDADE NO TURISMO</b> .....	12
2.1 A História do Conceito de Desenvolvimento Sustentável .....	12
2.2 O Espectro do Desenvolvimento Sustentável .....	17
2.3 O desenvolvimento Sustentável e Negociação Ética .....	18
2.4 As origens do Turismo Sustentável .....	19
<b>3 TURISMO: CONCEITO E EVOLUÇÃO</b> .....	25
3.1 Denominações e Classificações .....	32
<b>4 DIMENSÕES DO ECOTURISMO</b> .....	49
4.1 Os Interesses em torno .....	50
4.2 Algumas Definições Complementares .....	55
<b>5 O ECOTURISMO NO BRASIL</b> .....	62
5.1 Antecedentes do Ecoturismo .....	67
5.2 Ações Oficiais no Ecoturismo .....	79
<b>6 O ECOTURISMO NO AMAZONAS</b> .....	89
6.1 Proposta Preliminar de Pólos .....	95
<b>7 PRINCÍPIOS BÁSICOS PARA ESTRATÉGIAS SUSTENTÁVEIS NO ECOTURISMO</b> .....	102
<b>8 CONCLUSÃO</b> .....	105
<b>9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	107

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável representa uma reorientação ampla nos processos de ocupação econômica e demográfica, que altera a base produtiva, as relações com os recursos naturais e a sua organização social. Denota, antes de tudo, a capacidade de conciliar, ao longo prazo, o crescimento econômico com a conservação dos ambientes cultural, social e dos recursos naturais.

A implantação de um novo modelo de desenvolvimento com essa pauta, demanda uma ação abrangente e articulada, para a redefinição de estratégias, processos e dinâmicas de escopo sustentável. Isso exige prazo de maturação e, necessariamente, a execução de políticas públicas e de programas de estruturação econômica, ambiental, legal, social, cultural, tecnológica e educacional.

Como se observa, uma proposta dessa envergadura não poderá ser tarefa exclusiva do poder público, mas em conjunto com a iniciativa privada e da sociedade civil organizada como um todo, de vez que as repercussões do processo de desenvolvimento não são exclusivas sobre a sua população, mas sobre todo o país, o continente e sobre o nosso planeta. Assim sendo, uma estratégia de desenvolvimento alternativo da Amazônia, deverá contar com o apoio irrestrito e com o engajamento dos órgãos brasileiros de desenvolvimento, em

especial dos países mais desenvolvidos, promovendo parte do investimento necessário, seja em capital físico ou humano.

Assim, todos temos a responsabilidade e a consciência da necessidade da implementação de pensar e repensar paradigmas e alternativas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, neste trabalho aqui dimensionados pelo Ecoturismo, que possam modelar um futuro mais equilibrado para essa região, ou no mínimo, buscando elementos instigadores para a largada desse processo, vislumbrando ao máximo, os seus diferentes impactos de curto, médio e longo prazo, sobre os seus sistemas econômico, cultural, social e ecológico.

A emergência de uma consciência ambiental em escala mundial e as próprias distorções do processo econômico recente na região, indica que não será mais aceitável, nem possível implementar o crescimento econômico da Amazônia da forma desordenada e predatória ainda dominante e que teve reflexos intrínsecos na prática do turismo.

Essa situação leva a uma necessária rediscussão de alternativas e à inevitável definição de uma estratégia de desenvolvimento da Amazônia, que busque reverter as tendências e processos do passado e aproveite as suas potencialidades e vantagens relativas para assegurar o crescimento com a conservação do meio ambiente.

Focando no Estado do Amazonas, sem querer ser utópico, mas ousado, é que se pretende realizar este estudo, sobre os pressupostos estratégicos para o Ecoturismo que não tem a pretensão de exaurir o assunto que por si só é complexo, polêmico e extremamente desafiador.

O objetivo deste trabalho é analisar amplamente a perspectiva histórica e conceitual do ecoturismo, seu impacto no desenvolvimento sustentável e a necessidade de redirecionamento de políticas e diretrizes governamentais e corporativas, com base em princípios que atendam às questões intrínsecas da sustentabilidade.

## **2 UMA ABORDAGEM SOBRE SUSTENTABILIDADE NO TURISMO**

### **2.1 A História do Conceito de Desenvolvimento Sustentável**

Segundo **Swarbrooke** (2002), o debate sobre o conceito de turismo sustentável é um fenômeno dos anos 90. Todavia, suas origens repousam no conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável que convive conosco há muitos séculos, importante parâmetro para refletir conceitos de ecoturismo.

Por “sustentável” geralmente queremos dizer “desenvolvimento que satisfaz nossas necessidades hoje, sem comprometer a capacidade das pessoas satisfazerem as suas no futuro”. Trata-se, portanto, de uma perspectiva a um prazo mais longo que o usual ao tomarmos decisões, e envolve uma necessidade de intervenção e planejamento. O conceito de sustentabilidade engloba claramente o meio ambiente, as pessoas e os sistemas econômicos.

Enquanto o termo “sustentável” só passou a ser usado explicitamente nos últimos 20 ou 30 anos, as idéias que o sustentam nasceram, por exemplo, nos modelos mais remotos de planejamento urbano. Talvez possamos concluir que algumas das primeiras tentativas de se alcançar o desenvolvimento sustentável tenham sido as cidades e as metrópoles que foram planejadas e desenvolvidas pelos romanos.

Da mesma forma, muitos sistemas agrícolas tradicionais estavam baseados no princípio da sustentabilidade. O trabalho em fazendas era realizado de maneira a preservar ao invés de destruir a capacidade produtiva do solo que, assim, ainda era capaz de suportar a produção de alimentos por um período mais longo.

Contudo, horas extras de trabalho, invenções tecnológicas, pressões populacionais, juntamente com mudanças sociais e econômicas, levaram ao crescimento da indústria e à urbanização. Isso, por sua vez, pressionou os agricultores para maximizarem a produção de alimentos a curto prazo.

A partir dos anos 60 a questão do desenvolvimento sustentável também se tornou uma questão importante no chamado “Terceiro Mundo”. A medida que os países da Ásia e África obtinham sua independência, eles estavam decididos a preencher a lacuna de riquezas entre seus países e as nações desenvolvidas. Alguns deles tomavam uma perspectiva puramente a curto prazo e partiam para a exploração de seus recursos naturais com vistas a um lucro imediato. Outros tentavam partir de uma perspectiva a longo prazo e discutiam sobre como o desenvolvimento poderia acontecer de uma maneira mais sustentável.

Inúmeros relatos também alertavam para o fato de que o futuro da Terra estava ameaçado, pois a população global estava crescendo rapidamente e não era sustentável em relação aos recursos do planeta. Um dos primeiros artigos a falar abertamente sobre o conceito de desenvolvimento sustentável foi o “*World Conservation Strategy*” que foi publicado em 1980 pela *International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources*. Posteriormente em 1987 a *World Commission on Environment and Development* publicou “*Our Common Future*”, conhecido também como o Relatório Brundtland. Ele “apresentava o conceito de estágio central de desenvolvimento sustentável e o promovia como um veículo de salvação”.

Esse relatório baseava-se na idéia bem fundamentada de que “nós não herdamos a Terra de nossos antepassados, mas a tomamos emprestada de nossos filhos”, segundo **Murphy** (1994).

Baseou-se também na idéia de que o crescimento econômico tinha de ocorrer de uma maneira ecológica e socialmente mais igualitária.

A Tabela 1 destaca os principais componentes do desenvolvimento sustentável, conforme claramente definidos pelo Relatório Brundtland interpretado por **Murphy** (1994). A ênfase está, obviamente e antes de mais nada, no meio ambiente. Como veremos no decorrer desse trabalho, esta ênfase na dimensão do meio ambiente e da sustentabilidade é, antes das dimensões econômicas e sociais, o verdadeiro problema na discussão sobre sustentabilidade e turismo sustentável.

Estabelecimento de limites ecológicos e padrões mais igualitários	“...exige a promoção de valores que encorajem padrões de consumo que estejam dentro dos limites do ecologicamente possível e aos quais todos possam aspirar com sensatez.”
Redistribuição de atividades econômicas e de recursos	“A satisfação de necessidades essenciais depende em parte de alcançar-se completo potencial de crescimento, e o desenvolvimento sustentável claramente exige crescimento econômico nos lugares onde tais necessidades não estão sendo satisfeitas”
Controle populacional	“Apesar da questão não ser meramente de tamanho populacional, mas de distribuição de recursos, o desenvolvimento sustentável só pode ser buscado se os desenvolvimentos demográficos estiverem em harmonia com o mutável potencial produtivo do ecossistema.”
Conservação de recursos básicos	“...o desenvolvimento sustentável não deve colocar em risco os sistemas naturais que permitem a vida na Terra: a atmosfera, a água, os solos e os seres vivos.”
Maior igualdade de acesso aos recursos	“O crescimento não tem limites definidos em termos de população ou do uso de recursos, além dos quais se encontra o desastre ecológico... Mas a sustentabilidade exige que, antes dos resultados finais, sejam feitos esforços para garantir um acesso mais igualitário aos recursos...”
Capacidade de carga e rendimentos Sustentáveis	“...a maioria dos recursos renováveis são parte de um complexo e interligado ecossistema, devendo-se definir o rendimento sustentável máximo depois de se ponderar a dimensão dos efeitos do sistema de exploração.”
Retenção de recursos	“O desenvolvimento sustentável exige que o índice de esgotamento de recursos não-renováveis force o encerramento de quaisquer futuras retenções por mínimas que sejam.”
Diversificação das espécies	“...o desenvolvimento sustentável exige a conservação das espécies da fauna e da flora.”
Minimização de impactos adversos	“O desenvolvimento sustentável exige que os impactos adversos sobre a qualidade do ar, da água e de outros elementos naturais sejam minimizados de forma a sustentar a integridade total do ecossistema.”
Controle por parte da comunidade	“...controle por parte da comunidade sobre as decisões de desenvolvimento que afetam os ecossistemas locais.”
Amplo suporte da política nacional/internacional	“...a biosfera é o lar comum de toda a espécie humana e a administração conjunta da biosfera é um pré-requisito para a segurança política global.”
Viabilidade econômica	“...as comunidades devem perseguir o bem-estar econômico e, ao mesmo tempo, reconhecer que as políticas [governamentais] podem definir limites ao crescimento material.”
Qualidade ambiental	“A política ambiental das empresas é uma extensão da administração de qualidade total.”
Auditoria ambiental	“Um sistema efetivo de auditoria ambiental está no cerne da boa administração do meio ambiente.”

Tabela 1 – Componentes do desenvolvimento sustentável.

Fonte: Adaptado de Murphy (1995) baseado no Relatório Brundtland, 1987.

Desde 1987 o interesse crescente no desenvolvimento sustentável vem sendo impulsionado pelos seguintes fatos:

- Conferência de cúpula do Rio em 1992 e Agenda 21;
- Problemas ambientais tais como “aquecimento global” e o *smog* que afetou o sudeste asiático no outono de 1997.

Em 1997, **Hunter** produziu uma valiosa lista com as questões-chave envolvidas no debate do turismo sustentável. Esta lista está reproduzida no Quadro 1. Fica claro como avalia **Swarbrooke** (2002) que a inclusão de tais questões desiguais ajuda a explicar a amplitude e a falta de foco tão típicas do debate sobre sustentabilidade.

- O papel do crescimento econômico na promoção do bem-estar humano
- O impacto e a importância do crescimento da população humana
- A existência efetiva de limites ambientais ao crescimento
- A possível substituição dos recursos naturais (riquezas) pelos bens produzidos pelo homem por meio do crescimento econômico e da inovação técnica.
- A interpretação diferencial do ponto crítico de vários componentes da base do recurso natural e, portanto, do potencial para substituição.
- A capacidade das tecnologias (incluindo métodos de administração tais como avaliação de impacto no meio ambiente e sua auditoria) de desconectar o crescimento econômico dos efeitos colaterais indesejáveis ao meio ambiente.
- O significado do valor atribuído ao mundo natural e os direitos de espécies não-humanas, perceptíveis ou não.
- O grau em que uma perspectiva de sistemas (ecossistemas) deveria ser adotada e a importância de manter a integridade funcional dos ecossistemas.

Quadro 1 – Questões principais na interpretação do desenvolvimento sustentável.

Fonte: Hunter (1997).

## 2.2 O Espectro do Desenvolvimento Sustentável

No mesmo artigo, **Hunter** (1997) prosseguiu na adaptação do trabalho inicial de **Turner, Pearce e Bateman**, para argumentar que o desenvolvimento sustentável não é um padrão absoluto único. Ao invés disso há, como a Tabela 2 sugere, um amplo espectro de atitudes e níveis de engajamento, em direção ao desenvolvimento sustentável. Este espectro também é visto em termos do interesse do consumidor na sustentabilidade como veremos adiante quando analisarmos o conceito de “gradações do consumidor verde”.

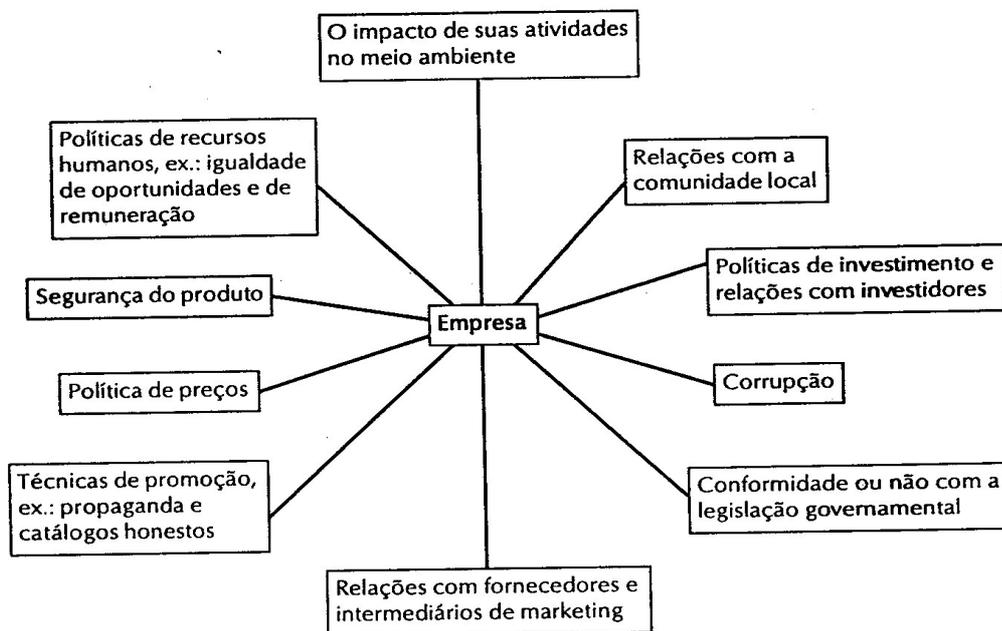
<i>Posição de sustentabilidade</i>	<i>Características definidoras</i>
Muito fraca	Antropocêntrica e utilitária; crescimento orientado e recursos sujeitos à exploração; recursos naturais utilizados em níveis economicamente ótimos, mediante mercados livres e desimpedidos operando para satisfazer a escolha individual do consumidor; substituição infinita possível entre o cabedal natural e o produzido pelo homem; bem-estar continuado assegurado pelo crescimento econômico e por inovações tecnológicas.
Fraca	Antropocêntrica e utilitária; conservacionista com relação a recursos; crescimento administrado e modificado; preocupação com a distribuição de custos e benefícios do desenvolvimento mediante a igualdade intra e intergerações; rejeição da substituição infinita do cabedal natural e por aquele produzido pelo homem com a identificação de alguns aspectos do mundo natural como bens críticos (ex.: camada de ozônio, alguns ecossistemas naturais); o cabedal produzido pelo homem mais o natural constante ou em ascensão com o tempo; desconexão entre impactos ambientais negativos e impactos do crescimento econômico.
Forte	A perspectiva dos ecossistemas; a preservação dos recursos; reconhecimento da manutenção do valor primário de preservar a integridade do funcionamento dos ecossistemas — além do valor secundário —, com a utilização de recursos humanos; os interesses coletivos, mais importantes que os do consumidor individual; adesão à igualdade intra e intergerações; o abandono de crenças importantes em uma economia estável, porque seguem a regra natural e constante dos ativos; crescimento zero no que concerne à economia e à população humana.
Muito forte	Bioética e ecocêntrica; a minimização da preservação dos recursos naturais; os direitos da natureza ou seu valor intrínseco, compreendendo os seres vivos (não-humanos) e, até mesmo, os elementos abióticos existentes na natureza sob a interpretação literal do “Gaianismo” o crescimento antieconômico e a redução da população humana.

Tabela 2 – Uma descrição simplificada do espectro de desenvolvimento sustentável.

Fonte: Hunter (1997), adaptado de Turner *et al.* (1994).

### 2.3 Desenvolvimento Sustentável e Negociação Ética

Desde os anos 80 tem havido um interesse crescente nos padrões éticos dos negócios. Isso foi uma reação a inúmeros escândalos relatando ações antiéticas ou irresponsáveis em nome do interesse das empresas. As crescentes pressões pública e política têm exigido que as companhias se comportem de maneira mais ética em relação a inúmeras questões, algumas delas ilustradas na Figura 1.



**Fig. 1 Aspectos de ética e questões de responsabilidade social.**

O conceito de desenvolvimento sustentável se ajusta de imediato a essa tendência. As empresas estão sendo estimuladas a se responsabilizarem com mais seriedade em relação ao meio ambiente, pois:

- se elas destruírem os recursos do meio ambiente dos quais seus negócios dependem, o futuro desses negócios estará em risco;
- se elas não agirem voluntariamente, os governos podem precisar regulamentar suas atividades;

- elas têm responsabilidades muito mais amplas com a sociedade e não apenas a de serem “bons vizinhos”.

Como consequência, as empresas estão procurando, cada vez mais, tornar suas atividades mais sustentáveis mediante:

- medidas de redução de poluição e de refugo;
- iniciativas de conservação de energia;
- uso de materiais recicláveis;
- procedimentos aperfeiçoados de recrutamento e treinamento

As empresas estão tentando provar que, na discussão sobre desenvolvimento sustentável, elas podem ser parte da solução ao invés do problema.

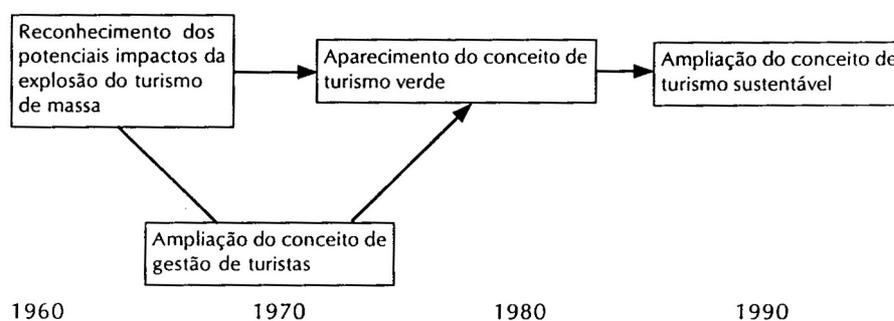
Para muitas organizações, essa atitude é parte de uma campanha mais ampla para que passem a ser vistas como éticas em suas ações, na crença de que isso poderia elevar sua posição competitiva no mercado.

Afirmaremos, que precisamos adotar uma ampla visão do turismo sustentável; isso significa que deveríamos considerar todas as questões destacadas na Figura 1 como parte do turismo sustentável, a portadoras de conteúdo para pressupostos estratégicos, objetivo deste trabalho.

## **2.4 As Origens do Turismo Sustentável**

Como é previsível, o debate sobre turismo e sustentabilidade no futuro é parcialmente influenciado pelo conceito geral de desenvolvimento sustentável discutido acima. Ao mesmo tempo, tem havido um debate paralelo, em pauta há várias décadas, que

levou à maior aceitação do conceito de turismo sustentável. A Figura 2 ilustra o processo pelo qual o debate se desenvolveu.



**Fig. 2 O desenvolvimento cronológico do conceito de turismo sustentável.**

Vários livros-chave facilitaram o caminho para o conceito de turismo sustentável, desde que o turismo de massa se tornou um fenômeno a partir dos anos 60.

- Em 1965, o relatório de **Michael Dower**, “Fourth Wave — *The Challenge of Leisure*” alertou a sociedade para o potencial impacto do enorme crescimento iminente de nosso tempo livre e das atividades de lazer.
- O livro de **Young**, *Tourism: Blessing or Blight*, publicado em 1973, também chamou a atenção para os potenciais impactos negativos do turismo.
- *Tourism: Passport to Development* publicado em 1979 por De Kadt discutia o papel do turismo nas economias dos países emergentes.
- Em 1982, o texto altamente influente *Tourism: Economic, Physical, and Social Impacts*, escrito por **Mathieson** (1982) e **Wall**, detalhou os impactos mundiais do
- Em 1982, o texto altamente influente *Tourism: Economic, Physical, and Social Impacts*, escrito por **Mathieson** e **Wall**, detalhou os impactos mundiais do turismo.
- A relação entre o turismo e a comunidade local foi discutida pela primeira vez em detalhes por Peter **Murphy** (1994) em *Tourism: a Community Approach*, lançado em 1985.

- O escritor suíço **Jost Krippendorf**, (1989) analisou o turismo e seu impacto do ponto de vista do turista em seu trabalho *The Holiday Makers*, publicado em 1987.
- Diversos livros populares foram publicados no começo dos anos 90 e tentavam influenciar diretamente o comportamento dos turistas tornando-os conscientes dos impactos negativos de algumas formas de turismo.

À medida que os impactos negativos do turismo foram sendo reconhecidos, uma série de iniciativas foram tomadas pelos órgãos do setor público para tentar administrar o turismo empregando técnicas de gestão de turistas. Em geral, as iniciativas de administração do setor foram criadas para amenizar os maiores excessos do turismo a curto prazo. Elas eram geralmente em pequena escala e não buscavam mudar a natureza do turismo como um todo.

A expressão “turismo sustentável” começou a ser usada a partir do final dos anos 80, quando os estudantes de cursos superiores e os profissionais de turismo começaram a considerar as implicações do Relatório *Brundtland* em suas próprias atividades. Contudo, as expressões “questões verdes” e “turismo verde” eram usadas mais comumente naquela época. Uma importante conferência em *Leeds*, em 1990, sobre o que seria agora chamado de turismo sustentável, por exemplo, foi chamada de “Gradações de Verde”. O uso da expressão “turismo verde” refletia o aumento do interesse em questões ambientais no final dos anos 80 e o crescimento de “políticas verdes” no Reino Unido, na Alemanha e na França.

O turismo verde incluía a redução dos custos e a maximização dos benefícios ambientais do turismo. Esse conceito foi altamente influente nos círculos governamentais.

Desde o início dos anos 90 a expressão “turismo sustentável” passou a ser usada com frequência. Ela encerra uma abordagem do turismo que reconhece a importância da comunidade local, a forma como as pessoas são tratadas e o desejo de maximizar os benefícios econômicos do turismo para essa comunidade.

Em 1997 **Clarke** sugeriu que o desenvolvimento do conceito de turismo sustentável envolvia quatro abordagens que são, em ordem cronológica, as citadas abaixo:

- **Opostos polares**, em que o turismo sustentável e o de massa eram vistos como opostos polares. Teríamos de renunciar ao turismo de massa se quiséssemos desenvolver o turismo sustentável.
- **Um *continuum***, em que o turismo sustentável e o de massa não eram mais vistos como opostos polares, mas reconhecia-se que havia diferentes nuances de turismo sustentável e de massa, as quais se fundiriam em algum ponto central.
- **Movimento**, uma abordagem cuja sugestão era a de que uma ação positiva poderia tornar o turismo de massa mais sustentável.
- **Convergência**, como a idéia de que todos os tipos de turismo podem se esforçar para serem sustentáveis.

Concordamos com a idéia de “convergência”, mas é claro que muito do que é dito hoje ainda baseia-se implicitamente na idéia de “opostos polares”.

Não há uma definição completamente aceita de turismo sustentável. Poderíamos, é claro, sugerir que o turismo sustentável deveria simplesmente estar ligado à aplicação da definição do Relatório *Brundtland* de sustentabilidade no turismo. Isso poderia levar a uma definição como esta:

*Formas de turismo que satisfaçam hoje as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades.*

Geralmente pensa-se que qualquer definição de turismo sustentável enfatiza os elementos ambientais, sociais e econômicos do sistema de turismo. Isso poderia levar a uma definição de que turismo sustentável:

*Significa turismo que é economicamente viável, mas não destrói os recursos dos quais o turismo no futuro dependerá, principalmente o meio ambiente físico e o tecido social da comunidade local.*

A Tabela 2 contrasta o desenvolvimento de turismo sustentável com o não-sustentável. Essa abordagem inclui o turista na equação, algo que muitas definições e abordagens de turismo sustentável não conseguem fazer. Se elas levassem em conta o turista, isso seria considerado um problema devido ao impacto que causaria. Muitos analistas citam a responsabilidade que os turistas deveriam ter, mas não seus direitos como clientes pagantes.

<b>Sustentável</b>	<b>Não-sustentável</b>
<i>Conceitos gerais</i>	
Desenvolvimento lento	Desenvolvimento rápido
Desenvolvimento controlado	Desenvolvimento rápido
Escala adequada	Desenvolvimento descontrolado
Longo prazo	Escala inadequada
Qualitativo	Curto prazo
Controle local	Quantitativo
	Controle remoto
<b><i>Estratégias de desenvolvimento</i></b>	
Planejamento, com posterior desenvolvimento	Desenvolvimento sem planejamento
Esquemas baseados em conceitos	Esquemas baseados em projetos
Preocupado com as cinco paisagens (v. p. 25)	Concentrado nas “sensações do momento”
Pressão e benefícios difusos	Capacidade de crescimento
Promotores de desenvolvimento locais	Promotores de desenvolvimento no exterior
Moradores locais empregados	Força de trabalho importada
Arquitetura nativa	Arquitetura de outros tipos
<b><i>Comportamento do turista</i></b>	
Pouca valorização	Muita valorização
Algum preparo mental	Pouco ou nenhum preparo mental
Aprende a língua local	Não aprende a língua local
Tem tato e é sensível	É enérgico e insensível
Fala baixo	Fala alto
Repete as visitas	Improvável que volte

**Tabela 3** Desenvolvimento de turismo sustentável *versus* não-sustentável.

Em contrapartida, tal abordagem também polariza o debate de forma que haja apenas formas sustentáveis (boas) e não-sustentáveis (ruins) de turismo. Contudo, sabemos que, na realidade, dificilmente as coisas são pretas ou brancas, mas sim com várias gradações de cinza. Entretanto, essa tabela é valiosa porque representa muito do pensamento preponderante no debate do turismo sustentável.

### 3 TURISMO: CONCEITO E EVOLUÇÃO

A história da humanidade em todas as épocas está pontuada de iniciativas e feitos que dão conta do interesse humano pela natureza, não apenas no aspecto de sua exploração e aproveitamento, como fazem ver as fases históricas da civilização e do desenvolvimento da humanidade, mas também no sentido do seu desfrute pessoal com benefícios físicos, culturais, psicológicos e espirituais. Em sua essência, essas iniciativas nos autorizam a tomá-las como antecedentes remotos do que atualmente se concebe como *turismo na natureza* ou *de natureza*, em meio ao amplo espectro das motivações de viagem e das tipologias de turismo atualmente conhecidas, como analisou **Pires** (2002).

A curiosidade e o sentimento de nostalgia em relação a regiões longínquas sempre estiveram entre as necessidades básicas e imediatas do ser humano. Nesse sentido, hábitos “alternativos” de viagem à natureza remontam a mais de dois milênios. Desde os primórdios gregos encontram-se registros a respeito, feitos pelas celebridades que viveram nesse período. Heródoto, historiador grego, viajava para conhecer outros povos, mas também se interessava pela geografia e pelos aspectos ambientais das regiões visitadas; Aristóteles, filósofo grego, estudou também ciências naturais em suas viagens no mar Egeu; ambos eram movidos pelo desejo de observar o ambiente natural e cultural do mundo em que viviam. Depois se destacaria Marco Pólo, o viajante veneziano, em sua jornada aventureira para o Oriente entre

1271 e 1275, além de outros viajantes da mesma estirpe e dele contemporâneos.

Numa perspectiva histórica mais recente, registros notáveis do ponto de vista de sua influência civilizatória remetem, primeiramente, às viagens dos grandes navegadores europeus dos séculos XV e XVI e de suas descobertas, despertando em muitas pessoas da época a motivação pela aventura e a ambição de realizar “negócios vantajosos” em regiões remotas e virgens como a América Latina. Mais adiante, entre os séculos XVII e XIX, sobreveio o ciclo das expedições realizadas por exploradores, aventureiros, cientistas e naturalistas europeus em regiões distantes e selvagens do velho mundo — e, principalmente, do novo mundo.

Entre esses podem ser citados Alexander von Humboldt, Charles Darwin, Karl von Linné, Gilbert White, David Livingstone, Henri Bates, Alfred R. Wallace, Charles de la Condamine, James Cook, John L. Stephens, Carl Lumholtz, Johann von Spix, Karl von Martins. Foram viagens realizadas por pessoas diferentes, movidas pela grande determinação em enfrentar privações e dificuldades, na tentativa de satisfazer suas curiosidades (científicas ou não) e realizar empreitadas aventureiras em destinos longínquos e primitivos.

Ainda na segunda metade do século XIX há que se destacar a criação, no ano de 1872, nos Estados Unidos, do primeiro espaço natural legalmente protegido destinado à utilização pública, que foi o Parque Nacional de *Yellowstone*, cuja iniciativa resultou da emergência de idéias preservacionistas e da pressão exercida pelos amantes da natureza na época. *Yellowstone*, na sua concepção, incorporava a noção de vida selvagem ou vida natural (*wilderness*) das áreas virgens e não-habitadas, destinadas a oferecer a oportunidade de contato com a natureza e a contemplação de paisagens naturais singulares, como alternativa compensatória à crescente urbanização que então já se verificava. Para **Western (1999)**, os primeiros visitantes, no século XIX, dos parques nacionais americanos de *Yellowstone* e

*Yosemite* foram os ecoturistas pioneiros e, portanto, precursores dos milhares de ecoturistas atuais.

Na evolução cronológica das viagens à natureza se destacam os “safáris de caça” praticados na África pelas elites européias como deleite “esportivo” e por caçadores profissionais, que lucravam, sobretudo com o comércio de peles e marfim dos animais. Os safáris tiveram seu período áureo nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, a partir daí diminuindo seu ímpeto até que, por volta da metade do século, começam a dar lugar aos “safáris fotográficos” e de contemplação da natureza, especialmente da fauna representada pelos grandes animais das savanas africanas. No mesmo período se encontram registros pontuais de outros viajantes pioneiros e aventureiros e suas incursões a regiões naturais e selvagens do mundo todo.

Se fôssemos tomar um contexto histórico do turismo do ponto de vista meramente motivacional, poderíamos identificar nesses fatos, antes de mais nada de natureza turística, as possíveis origens do ecoturismo e o cenário de partida para a abordagem de sua evolução. Apesar de os acontecimentos a partir da segunda metade do século XIX já indicarem o anseio de uma sociedade, recém-urbanizada e industrializada, por alternativas de um lazer vivenciado na natureza, o turismo em si era um privilégio restrito às elites sociais de então e de algumas pessoas com interesses especiais no campo da aventura e da pesquisa. Nesse sentido, **Becker** afirma que a prática do turismo em decorrência do desenvolvimento capitalista do século XIX surgiu como um signo de *status* e de projeção social, pertencendo, num primeiro momento, ao universo das burguesias ocidentais européias e norte-americanas.

O notável crescimento das atividades consideradas não-convencionais no âmbito do turismo e sua repercussão social e econômica, para além da adequação e uniformização de conceitos e terminologias, passaram a prescindir de parâmetros e critérios de base científica

para o estabelecimento de padrões de qualidade dos produtos e serviços, bem como de princípios e referenciais de base ética para orientar a implementação de políticas e ações oficiais na área, objetivo importante deste trabalho.

Para ficar apenas na pertinência do aspecto conceitual, **Pearce** (1994) comenta que, a partir da década de 1980, com o surgimento do amplo e aberto conceito de turismo alternativo, seguiram-se tentativas de definição e esclarecimento de questões relacionadas com essa atividade, tanto por iniciativa individual de autores e pesquisadores como por meio de conferências, seminários e *workshops*. Nesse sentido, **Lafant & Graburn** e **Nash** citam dois eventos centrados na questão realizados no ano de 1989.

No seminário *Perspectivas Teóricas em Formas Alternativas de Turismo*, organizado pela Academia Internacional de Estudos Turísticos em 1989 na Polônia, concluiu-se pelo caráter impreciso e ambíguo da expressão “turismo alternativo” como termo e conceito científico, em face da variedade de formas alternativas de turismo, cada uma com potencial para gerar impactos positivos e negativos. Os participantes propuseram, então, a substituição da expressão por outra: “formas alternativas de turismo”.

No outro evento, o seminário da Organização Mundial do Turismo (OMT) sobre turismo alternativo, realizado em *Tamanrasset*, na Argélia, no mesmo ano de 1989, propôs-se a modificação da terminologia para “turismo responsável”, assim entendida como “todas as formas de turismo que respeitam os anfitriões, a natureza, o meio cultural e os demais interesses das partes envolvidas”.

**Crosby** (1993) retoma também a discussão sobre a ambigüidade na abordagem do conceito de turismo alternativo, mesmo porque o “turismo em áreas rurais” (TARs), em sua fase inicial de desenvolvimento na Europa, não deixou de constituir-se numa proposta alternativa no sentido ideológico atribuído a esse termo no contexto do turismo, conforme já

se colocou anteriormente. Os autores evocam então a necessidade de esclarecer a utilização e o conceito não só de turismo alternativo, mas também de “novas formas de turismo” como termos correntemente associados ao TARs.

Nesse sentido, ao utilizar o termo “alternativo” para designar tipos de turismo alternativo, como, por exemplo, o ecoturismo ou o turismo rural, assume-se, um pressuposto de *substituição* do turismo massificado de sol e praia pelo turismo voltado para as áreas naturais e rurais, não sendo correto esse enfoque, pois não se tem por objetivo a substituição do turismo convencional com todo o seu mercado já consagrado mundialmente. O turismo rural, a exemplo de qualquer outro tipo diferenciado de turismo, deve, sim, supor *diversificação*, analisa **Pires** (2002).

Segundo os mesmos autores, também não é adequada a utilização da expressão “novas formas de turismo” para qualificar o turismo rural como algo novo, visto que esse é um fenômeno que acompanha a evolução do turismo desde o seu início. Não sendo, então, o turismo rural uma novidade, o que se teria na atualidade é sua revitalização ou modernização.

**J. Krippendorf** (1989) observa que a noção da expressão “turismo alternativo”, embora não bem definida, tem sido largamente utilizada para distintas tipologias de turismo e é aplicada em geral em viagens para os países periféricos e menos freqüentemente nos demais.

Observa-se que as diferentes formas de abordar a questão, além de exprimir juízos e concepções particulares, são sustentadas a partir de distintos enfoques, o que faz emergir a diversidade de conceitos e definições já verificados. A partir, porém, da observação do contexto histórico e mercadológico do turismo, bem como do esforço de reflexão e análise das referidas abordagens, é possível tecer as seguintes considerações:

- a consagração da expressão “turismo alternativo” deu-se com a constatação da necessidade de mudanças nos rumos do turismo convencional, principalmente a partir dos anos 1970, em decorrência dos impactos indesejados de sua massificação em várias partes do mundo. Nessas condições, o termo revestiu-se muito mais de um caráter ideológico que operativo, ou seja, embora não se sabendo nesse momento quais atividades e produtos viriam a receber o rótulo “alternativo”, esperava-se que isso significasse o “desejável” e o “diferente” para um novo turismo, em contraposição ao turismo de massas;
- num segundo momento, com o surgimento das primeiras experiências turísticas diferenciadas em relação ao turismo convencional massificado, passou-se a concebê-las como turismo alternativo e, como tal, a expressão designou as novas modalidades turísticas, porém ainda não se deslocar do seu significado ideológico precedente. Note-se que tais experiências se deram especialmente em países de economia deprimida da África, Ásia e América Latina e se caracterizavam por proporcionar maior aproximação do turista com o meio visitado e com o modo de vida de seus habitantes. Enquanto isso, na Europa, as formas diferenciadas de turismo passavam a ser conhecidas nesse período, principalmente como turismo rural, desenvolvido especialmente em fazendas, e turismo suave (*soft tourism*), correspondendo a uma reorientação do turismo convencional nas estações tradicionais de férias de países da Europa central.
- da expansão de experiências alternativas em turismo pelo mundo a partir da segunda metade da década de 1970 e, principalmente, nos anos 1980, surgem novas práticas turísticas, ou mesmo passam-se a reconhecer as práticas espontâneas de segmentos de turistas aficionados e, com elas, surgem novas expressões: turismo cultural (interesse por aspectos culturais de lugares remotos e

sua gente); turismo na natureza; turismo de safári; turismo de aventura; turismo verde; turismo ecológico; turismo de estudo; turismo étnico; turismo de solidariedade, etc. Com isso, a expressão “turismo alternativo”, que na fase anterior comportava em seu conceito basicamente as novas experiências turísticas desenvolvidas em regiões exóticas do mundo, com o objetivo de proporcionar maior integração do turista com os vários aspectos do meio visitado, passa agora a fragmentar-se em subconceitos, perdendo a força aglutinadora do seu significado original.

Observe-se que essa retrospectiva da evolução do conceito de turismo alternativo é, apenas, a face mais aparente de um processo de caráter político e filosófico mais abrangente que encontrou no turismo uma de suas formas de externalização. Não é por acaso que, na sua primeira fase, o turismo alternativo foi, antes de tudo, uma representação emblemática das mudanças que se idealizavam, sustentada por forças de diferentes origens, posições sociais e posturas políticas, que, ao fazê-lo, estavam refletindo para dentro do turismo as transformações mais prementes almejadas por toda a sociedade. **Lafant & Graburn (1994)** observam que a expressão “turismo alternativo”, como palavra de ordem, além de carregar uma conotação de qualidade, responsabilidade e respeitabilidade, ressoa bem, chama a atenção, exprime dinamismo e fornece um apelo à mobilização.

À medida que uma aspiração geral se torna perspectiva concreta e como tal passa a tomar formas multifacetadas de realização, é natural que se desfaçam os laços de convergência até então unidos por um objetivo comum já alcançado, dando origem a múltiplas e novas conquistas, porém, agora, personalizadas pela diversidade ideológica e pragmática daqueles que as implementam. Assim, nas fases subseqüentes da cronologia do turismo alternativo, especialmente com a aproximação do final dos anos 1980, novas experiências de viagem passaram a originar novas modalidades turísticas, que, embora tendo

em comum a negação dos estereótipos e da massificação do turismo convencional, se diferenciavam entre si, buscando sua própria identificação e adquirindo uma personalidade para além do conceito anterior de turismo alternativo.

Sendo assim, o turismo alternativo, como idealização de um novo e diferente turismo tomado consensual por todos os que se abrigaram sob sua bandeira, parece ter cumprido sua missão histórica. Seu conteúdo conceitual interpretado no sentido da substituição do turismo convencional esvaziou-se, visto que não há por que supor a eliminação deste quando o que se deseja, em vez de sua substituição, é a permanência de um turismo convencional *reorientado* com critérios de sustentabilidade ambiental e social e, ainda, *revitalizado* no aspecto de qualidade dos seus produtos. Nesse sentido, observa **Krippendorf** (1989), essa decisão implicaria a não-legitimação dos direitos de uma imensa maioria de turistas comuns que nada mais desejam — e merecem — do que o ócio despreocupado e confortável que o turismo convencional lhes oferece, como forma de recompensa por jornadas exaustivas de trabalho e de compensação pelo estresse da vida moderna.

### **3.1 Denominações e Classificações; segundo Pires (2002)**

A ampla margem de abordagens e enfoques centrados na idéia de “alternativo” resultou no surgimento de uma grande variedade de modalidades turísticas, buscando identificar atividades, atitudes, ações e posturas alternativas. Para que se tenha idéia mais real desse fato, é apresentada a seguir uma listagem das denominações encontradas em documentos acadêmicos, periódicos diversos e publicidade em geral. Entre elas, aquelas que receberam tradução diretamente do original em inglês são apresentadas também nesse idioma.

---

Turismo sustentável (*Sustainable tourism*)

Turismo ambientalmente favorável (*Environmentally-friendly tourism*)

Turismo ambiental (*Environmental tourism*)

Turismo ecológico

Ecoturismo

Turismo na natureza (*Nature tourism*)

Turismo orientado para a natureza (*Nature-oriented tourism*)

Turismo relacionado com a natureza (*Nature-related tourism*)

Turismo com base na natureza (*Nature-based tourism*)

Turismo de vida selvagem (*Wildlife tourism*)

Turismo rural

Agroturismo

Agroecoturismo

Turismo eco-rural

Turismo forte (*Hard tourism*)

Turismo de risco (*Risk tourism*)

Viagem de aventura (*Adventure travel*)

Turismo de contato (*Contact tourism*)

Turismo de safári

Turismo verde (*Green tourism*)

Turismo suave (*Soft tourism*)

Turismo local

Turismo com base local

Turismo natural (*Natural tourism*)

Férias na natureza (*Nature vacations*)

Turismo de aventura suave (*Soft adventure tourism*)

Turismo de baixo impacto (*Low impact tourism*)

Turismo socialmente responsável (*Socially responsible tourism*)

Recreação não-destrutiva junto à vida selvagem (*Non-consumptive wildlife recreation*)

Turismo do campo/campestre (*Cottage tourism*)

Turismo de sertão (*Wilderness tourism*)

Turismo planejado (*Designer tourism*)

Turismo especialista (*Specialist tourism*)

Turismo científico

Turismo de estudo

Turismo acadêmico

Turismo industrial

Turismo cultural

Turismo antropológico

Turismo étnico (*Ethnic tourism*)

Viagem étnica (*Ethnical travel*)

Turismo arqueológico

Turismo agrícola

Turismo participativo/de interesse especial (*Special interest travel*)

Turismo responsável (*Responsible travel*)

Turismo de pequena escala e passo suave

Turismo duro/forte (*Hard tourism*)

Turismo apropriado (*Appropriate tourism*)

Turismo nativo

Turismo suave de história natural

Turismo esportivo

Viagem com a mãe natureza (*Travel with mother nature*)

Turismo de risco/perigoso (*Risk tourism*)

Turismo na floresta (*Jungle tourism*)

Viagem ecológica (*Eco travel*)

Bioturismo (*Biotourism*)

Ecoaventura (*Ecoventure*)

Ecocaminhada (*Ecotripping*)

Turismo de solidariedade

Turismo ético

---

Essa relação de sessenta denominações, mesmo considerando a similaridade e até a redundância entre algumas delas, serve para ilustrar a grande diversidade de terminologias associadas com a idéia de um turismo diferente e alternativo em relação ao convencional, ou, mais especificamente, em relação ao turismo convencional de massas. Ela não representa, contudo, a totalidade de termos relacionados com a idéia de turismo alternativo que possam ter surgido em todo o mundo nos últimos 20 ou 25 anos, período correspondente ao surgimento das aspirações por mudanças na atividade turística. Seria uma tarefa inútil a que almejasse esse tipo de informação na sua totalidade, considerando que, a cada ciclo de acontecimentos impulsionados pela dinâmica das experiências e pela evolução dos negócios em turismo, muitos termos perdem evidência ou caem em desuso. Observa-se também que alguns termos apresentados estão circunscritos ao mundo teórico e acadêmico, não fazendo parte da linguagem operacional e mercadológica da atividade.

Uma primeira tentativa de discernimento em relação a essa extensa terminologia disponível e aos distintos tipos de turismo abrigados sob a concepção de turismo alternativo pode ser feita com base no *enfoque* ou na *ênfase* que sua simples exposição e imediata interpretação sugerem, conduzindo, assim, ao seguinte esboço de classificação:

---

*Enfoque cultural/histórico/antropológico*

Turismo antropológico

Turismo nativo

Turismo de contato

Turismo de solidariedade

Turismo étnico/viagem étnica

Turismo suave de história natural

Turismo cultural

Turismo arqueológico

*Enfoque no ambiente*

Turismo ambiental

Turismo ambientalmente favorável

Turismo verde

*Enfoque na sustentabilidade e na conservação*

Turismo sustentável

Turismo ecológico

Ecoturismo

Turismo responsável

Turismo de pequena escala e passo suave

Turismo ambientalmente favorável

Turismo ético

Turismo socialmente responsável

Turismo de solidariedade

Turismo apropriado

Turismo suave

Turismo de baixo impacto

Turismo suave

*Enfoque na natureza e vida selvagem*

Turismo na natureza

Turismo orientado para a natureza

Turismo relacionado com a natureza

Turismo de vida selvagem

Turismo natural

Turismo de sertão

Turismo duro de história natural

Turismo na floresta

Turismo suave de história natural

Turismo de safári

Férias na natureza

Recreação não-destrutiva junto à vida selvagem

Bioturismo

Viagem com a mãe natureza

Viagem ecológica

Turismo com base na natureza

*Enfoque no campo e nos aspectos rurais*

Turismo rural

Agroturismo

Turismo agrícola

Agroecoturismo

Turismo do campo/campestre

Turismo eco-rural

Turismo de sertão

*Enfoque na aventura e na ação*

Turismo duro/forte

Turismo de aventura

Turismo de safári

Turismo esportivo

Turismo de aventura suave

Ecocaminhada

Turismo de risco

Ecoaventura

*Enfoque no planejamento*

Turismo planejado

Turismo responsável

Turismo apropriado

*Enfoque em especialidades e no estudo*

Turismo acadêmico

Turismo duro de história natural

Turismo de estudo

Turismo especialista/de especialidade

Turismo científico

*Enfoque no envolvimento e na participação local*

Turismo participativo

Turismo de solidariedade

Turismo local

---

A classificação apresentada resulta de um esforço reflexivo com base em juízo de valor pessoal e, portanto, é passível de múltiplas interpretações, estando perfeitamente sujeita a questionamentos externos e, inclusive, à auto-avaliação. Essa ponderação decorre da própria natureza desse tipo de abordagem, para a qual, até o momento, ainda não se alcançou uma posição definitiva e consensual sobre a adoção e uso de terminologia. O que se depreende do esforço classificatório, porém, é que vários dos termos constantes podem acomodar-se em distintas classes de enfoque — é o caso de turismo ambientalmente favorável; turismo responsável; turismo duro de história natural; e turismo suave. Possivelmente, o mesmo pode ocorrer com outros termos da lista apresentada, dependendo da abordagem adotada, o que evidencia a volatilidade de concepções e significados expressos na terminologia em questão.

Tomou-se nesse caso a expressão “turismo alternativo” como porta de entrada para a apresentação de uma variedade de modalidades turísticas presumivelmente acomodadas nesse amplo conceito. Algumas modalidades, no entanto, abrigadas sob o conceito genérico de turismo alternativo, possuem capacidade idêntica de encabeçar hierarquicamente outras

classificações. E o caso, por exemplo, de turismo sustentável, turismo rural, turismo responsável, turismo participativo e turismo ambiental.

Na Europa, desde as décadas de 1960 e 1970, vem se verificando uma tendência à especialização da oferta turística, por um lado devido às novas motivações que surgem em meio à demanda turística e, por outro, devido ao esgotamento dos modelos tradicionais de turismo. Nesse sentido, os autores identificam, num primeiro momento, as seguintes modalidades emergentes de turismo não-convencional:

- turismo rural;
- turismo cultural;
- agroturismo;
- turismo de aventura;
- ecoturismo;
- turismo esportivo;
- turismo verde;
- outros (científico, arqueológico).

Os autores afirmam que são encontradas semelhanças e diferenças entre os termos apresentados. Os pontos comuns a todos eles são: a localização física, ou seja, o meio rural e/ou natural onde são implantadas a estrutura e as atividades; as atividades propriamente ditas, que se associam a um conceito de “ócio ativo” para que o turista ocupe seu tempo livre. À medida que se priorizam conteúdos educativos, esportivos, culturais, ecológicos, etc. dentro de cada atividade desenvolvida, surgem as distintas modalidades turísticas.

No contexto europeu, denomina-se “turismo rural” o conjunto de distintas modalidades de turismo não-convencionais, considerando-se convencional o turismo litorâneo

de sol e praia, geralmente massificado. Turismo rural é definido como “qualquer atividade turística implantada no meio rural”. Consideram-se meio rural no contexto europeu as áreas naturais remanescentes ou recuperadas, o campo e as ocupações agrossilvipastoris, além do próprio litoral quando não-urbanizado.

Inicialmente, **Pires (2002)** identificou turismo rural como mais um entre os tipos de turismo que despontavam, para depois tomar a mesma expressão como um termo aglutinador das demais tipologias que a ele se alinhavam, propondo a seguinte classificação:

- **Agroturismo**
- **Turismo esportivo**
- Turismo rural** – **Turismo de aventura**
- **Turismo cultural**
- **Ecoturismo**

Em trabalho mais recente, **Crosby & Moneda (1996)** propõem a substituição de “turismo rural”, que, dependendo do contexto, pode ser tomado como mais um entre os demais tipos de turismo, pela expressão equivalente “turismo em áreas rurais” (TARs), sem prejuízo da classificação proposta. Os autores consideram que cada um dos termos constitui facetas parciais do conceito global de turismo rural, no qual se abrigam componentes lúdicos, esportivos, educativos, etc. Assim, o agroturismo, o turismo esportivo, o turismo de aventura, o turismo cultural e o ecoturismo, que integram o TARs, constituem-se em seus diferentes subtipos, sendo, antes de mais nada, atividades de ócio localizadas no meio rural em contraposição ao meio urbano.

As definições para cada uma das tipologias integrantes do conceito de turismo em áreas rurais são as seguintes, segundo **Crosby & Moneda** (1996):

### ***Agroturismo***

Realiza-se em fazendas ou propriedades rurais. É um segmento do turismo em áreas rurais que se localiza em fazendas preferencialmente ativas, podendo o turista participar das diferentes atividades agropecuárias.

### ***Turismo cultural***

Atividade turística que se baseia na utilização dos recursos culturais (arte, história, costumes, etc.) de um território na área rural, e orientado para sua preservação e fomento.

### ***Turismo de aventura***

Utiliza o entorno rural ou o meio natural como recurso para produzir sensações de descoberta nos praticantes. O objetivo principal é poder transmitir essas sensações, necessitando para tanto de espaços pouco utilizados turisticamente.

### ***Turismo esportivo***

A prática de qualquer modalidade esportiva constitui a essência desse tipo de turismo, em que o espetáculo, o *business show* e as sensações de risco são fundamentais como apelo turístico. Realiza-se em espaços rurais ou naturais e inclui esportes como vela, *windsurf*, caiaquismo, canoagem, parapente, esqui, *motocross* e *off-road*, entre outros.

### ***Ecoturismo***

Segmento turístico, objeto deste estudo, em que a paisagem é a principal variável como ponto de confluência dos fatores ambientais e antrópicos. O objetivo é a integração do

visitante com o meio natural e humano, e a população local participa dos serviços prestados aos turistas. O ecoturismo prioriza a preservação do espaço natural em que é realizado. O termo “ecoturismo” está estreitamente vinculado ao conceito de turismo verde, não sendo incorreta a identificação. A diferença, mais que conceitual, é histórica, no sentido de que turismo verde é uma terminologia anterior ao ecoturismo e atualmente muito menos utilizada.

Mais do que propor e apresentar uma nova classificação e definir conceitos e terminologias, o mérito maior da abordagem de **Crosby** (1993) é a reflexão sobre as bases e princípios a partir dos quais o turismo rural deve desenvolver-se. O autor parte da premissa de que o turismo rural deve harmonizar os interesses do turismo, do meio ambiente e das comunidades locais, uma vez que são esses seus elementos básicos, e orientar-se pelos seguintes princípios:

- uso sustentável dos recursos;
- revitalização das economias locais;
- qualidade de projetos e de gestão;
- integração da população local;
- desenvolvimento planejado e controlado, implicando a não-massificação, o baixo impacto e a sustentabilidade.

O estabelecimento de tais princípios, inspirados no paradigma do desenvolvimento em bases sustentáveis, análise aqui já instalada, identifica o turismo rural ou turismo em áreas rurais do contexto europeu com a concepção atual do próprio ecoturismo, uma de suas modalidades segundo a classificação de **Crosby** (1993). Já no contexto mundial, em especial nos países periféricos, o ecoturismo, com o caráter preservacionista que lhe é atribuído,

apresenta-se como uma das alternativas mais promissoras, economicamente, para o desenvolvimento sustentável dessas regiões.

A despeito do esforço de organização das várias modalidades de turismo em áreas rurais da Europa, nesse continente a implantação e a evolução das experiências de turismo no meio rural deram-se, e ainda se dão, em função dos matizes diferenciadores que a idiossincrasia cultural de cada país determina.

Mais uma abordagem conceitual é apresentada por **Mourão** (1995), justificando a ampla margem de enfoques que surgem no âmbito do turismo. O caráter alternativo do turismo recebe a denominação de “turismo participativo”, termo genérico para o qual o autor atribui um conceito central, depois o subdividindo em tipos ou segmentos específicos.

O turismo participativo, segundo **Mourão** (1995):

*[...] é mais completo que o turismo de massas ou “clássico”, onde o envolvimento dos turistas é limitado a interesses intelectuais e/ou sentimentais, onde são levados a comer, ver, comprar e conhecer passivamente. No turismo participativo temos também o envolvimento físico das pessoas, pois para um programa onde o interesse principal é observar aves geralmente estão incluídas caminhadas, travessias de barco ou, talvez, acampamentos, ou seja, o viajante se envolve por inteiro. O relacionamento turista—viagem—destino é em geral passivo e contemplativo. Já o relacionamento ecoturista—destino—atividade é, além de sentimental e/ou intelectual, sobretudo ativo, de caráter físico, ou seja, mais completo.*

De acordo com a mesma fonte, os principais tipos de turismo participativo são os seguintes:

### ***Aventura***

Programas com rio, expedições acidentadas, na maioria das vezes para os adultos, envolvendo viagens arrojadas e imprevistos. Exemplos.: escaladas, espeleologia, *jeep* safáris.

### ***Cultural***

*Programas* direcionados para participantes interessados em conhecer costumes de determinado povo ou região. Exemplo: dança, folclore, gastronomia.

### ***Ecoturismo***

Programas com atividades ligadas ao meio ambiente, em geral amadoras, em que os participantes mantêm contato com natureza. Exemplos: acampamentos, caminhadas, observações e aves.

### ***Incentivo***

Programas para empresas ou organizações, com o intuito de motivar ou premiar funcionários ou equipes quando metas de produção ou qualidade são atingidas. Exemplos: cruzeiros, *jeep* safáris.

### ***Profissional***

Programas que permitem a profissionais um contato direto com a temática que professam, em que podem ampliar ou trocar conhecimentos com outros. Exemplos: agricultura, botânica, fotografia.

### ***Esportivo***

Programas específicos para a prática de atividades esportivas por amadores ou profissionais. Exemplo: alpinismo, golfe, pescaria, windsurf.

***Estudo***

Programas para aprendizado, treinamento ou ampliação de conhecimentos *situ*, envolvendo professores e seus alunos com profissionais locais. Exemplos: antropologia, botânica e zoologia.

***Pesquisa***

Programas desenvolvidos a pedido de instituições ou profissionais interessados em temas específicos. Podem constituir-se em expedições científicas. Exemplos: arqueologia, botânica, impacto ambiental.

***Bem-estar***

Programas elaborados para aperfeiçoar ou equilibrar as condições físicas ou espirituais de um indivíduo ou um grupo de pessoas. Exemplo, ioga, *workshops*, clínicas de desintoxicação.

A classificação apresentada por Mourão centra-se na idéia de participação ativa do turista em sua experiência de viagem, em contraposição à idéia de passividade e contemplação. Esse é o caráter primordial diferenciador do turismo participativo em relação ao que seria o turismo convencional, estando, porém, omitidos da definição os aspectos relacionados com o ambiente biofísico e com as comunidades locais.

O envolvimento físico do turista nos programas desenvolvidos é elevado pelo autor à condição de “participação”, enquanto o envolvimento intelectual e sentimental relegado à condição de “passividade”, implicando uma discriminação, no mínimo implícita, do poder de realização, para o ser humano, das faculdades mental e sensitiva em relação à habilidade física. Essa posição, inclusive, contradiz o caráter intrínseco a alguns tipos de turismo

participativo apresentados, especialmente o turismo cultural, de estudo, de pesquisa e bem-estar, para não dizer todos os demais tipos, que em um grau ou sob determinado enfoque não deixam de conter pelo menos um potencial de realização espiritual e intelectual para o turista.

O autor deixa antever, ainda, que o turista participante (fisicamente) no seu relacionamento com o destino e com as atividades desenvolvidas é um “ecoturista”, da mesma forma que o turista passivo e contemplativo no seu relacionamento com a viagem e com destino é um “turista”, levando a concluir que todo turista participante é por definição, um ecoturista. Pela dimensão atualmente atribuída ao ecoturismo, o ecoturista não seria apenas participante (fisicamente), mas estaria disposto a envolver-se em outros níveis e aspectos que fazem parte das propostas dessa atividade, que será abordada mais detidamente em item específico deste estudo.

O resgate das abordagens conceituais de **Mowforth** (1993) (turismo alternativo), **Crosby** (1993) (turismo em áreas rurais) e **Mourão** (1995) (turismo participativo), tomadas apenas como exemplo entre outras possíveis classificações a partir de expressões como turismo ambiental, turismo responsável, turismo de baixo impacto, demonstra a diversidade de enfoques em relação à adoção de terminologias e à difusão de conceitos no campo das atividades turísticas consideradas não-convencionais.

E o amplo relato de concepções e experiências apóiam a necessidade de reconhecimento por parte do poder público e empreendedores de vislumbrarem a extraordinária capacidade da região, em especial o estado do Amazonas de receber demanda importante para a prática de diversos segmentos aqui apresentados, em particular aqueles que correlacionam a prática turística, ao meio de contato e relação com o meio ambiente.

## 4 DIMENSÕES DO ECOTURISMO

O ecoturismo, como termo designativo de um tipo de turismo inserido no conjunto de alternativas turísticas, tal como apresentadas anteriormente, ganha aqui espaço privilegiado para uma abordagem mais ampla e uma análise mais detida. Isso porque, no decorrer da história recente, desde a emergência do “turismo alternativo” como proposta e bandeira de transformações nos rumos do turismo convencional até os dias atuais, o ecoturismo surge e se impõe como uma “rotulação” ampla e indiscriminadamente utilizada para representar um conjunto variado e não bem definido de atividades e atitudes no campo das viagens turísticas, que se posicionam na interface turismo — ambiente este último compreendendo especialmente ambientes naturais pouco alterados e culturas autóctones presentes no seu entorno.

Não deixando de enfocá-lo como uma opção turística e, assim, caracterizar as motivações por ele despertadas e as atividades em nome dele desenvolvidas, trata-se, porém, de desprender o ecoturismo de sua circunscrição meramente tipológica no contexto turístico e conferir-lhe a devida dimensão de fator de agregação de interesses múltiplos — entre os quais, o de apresentar-se como alternativa para um desenvolvimento com características sustentáveis. À medida que se incorporam à abordagem conceitual as implicações mais

pertinentes que envolvem o tema e lhe dão dimensão, possibilita-se uma conceituação mais completa e compatível com sua magnitude e importância.

Inicialmente enfocando a relação turismo-ambiente, **Buckley** (1994) estabelece quatro ligações entre essas duas vertentes:

- a tomada dos componentes naturais do ambiente como base de atrativos para a promoção dos negócios e do produto turístico;
- o manejo operacional do turismo para minimizar seus impactos ambientais;
- a contribuição econômica ou material do turismo à conservação, tanto direta como indireta;
- as atitudes dos turistas em relação ao ambiente e à sua educação por parte dos operadores turísticos.

Com isso, segundo o autor, deduz-se que os recursos naturais e seu potencial turístico, a sustentabilidade econômica e ambiental — por meio da geração de renda e manejo dos impactos ecológicos — e a educação constituem-se nos principais aspectos emergentes da relação turismo-ambiente. É a partir dessa base de relações que se desdobram os diferentes enfoques atribuídos ao ecoturismo, utilizando o embasamento de **Pires** (2002).

#### **4.1 Os Interesses em Torno**

Atualmente, os principais segmentos da sociedade com interesse no desenvolvimento do ecoturismo podem ser assim identificados:

- o *trade* turístico, ou seja, operadores, agências, promotores, empresas de viagens, hotelaria, guias, etc.;

- a área governamental e os organismos oficiais;
- as organizações não-governamentais da área ambiental e conservacionista articuladas a instituições de fomento e financiamento;
- as populações residentes nas destinações;
- o público turista;
- o meio acadêmico;
- a mídia.

Cada um desses setores tende a conceber sua própria idéia de ecoturismo em função da sua relação e de seus interesses mediatos e imediatos sobre o tema, dando vazão a diferenciadas acepções e com elas apegando-se a distintos conceitos que se formulam sobre ele, fato que também já se havia constatado em relação ao turismo alternativo. Tal constatação vem corroborar a afirmação de **Orams** (1995), segundo a qual, quando se revêem as várias definições que têm sido dadas ao termo “ecoturismo”, evidencia-se uma ampla variação de significados.

Não é surpresa, portanto, que surjam não só diferenças como também divergências conceituais ou de enfoque, a começar pelo meio acadêmico, que prima pelo esforço de reflexão mais detida e pelo tratamento analítico e metodológico, colocando-se, assim, na sua insubstituível posição de setor fundamental ao planejamento da atividade. As instituições de ensino e pesquisa, no entanto, vêm oferecendo sua contribuição muito mais na formação de quadros profissionais envolvidos nos diferentes níveis e setores de atuação do ecoturismo do que na realização de pesquisas e geração de uma base teórico-científica que tanta falta tem feito à gestão das estratégias e ações que estão sendo concebidas pela área oficial e pelas

entidades civis, reflexão para este trabalho.

O *trade* turístico, por sua vez, procura apropriar-se do ecoturismo com a plenitude que a expressão enseja, valendo-se da rotulação proporcionada pela força do prefixo **eco-** convenientemente associado ao turismo, para promover as atividades e desenvolver os produtos (eco) turísticos, cuja fidelidade ecológica, se posta à prova, em muitos casos não resistiria a esse embate. O material de divulgação elaborado pelo *trade* consiste em breves inserções nos meios de comunicação, especialmente os impressos (jornais e revistas especializadas), procurando destacar a força dos atrativos e as qualidades do produto como um todo. Não se atenta muito para o aspecto conceitual no sentido da correta apropriação da terminologia e sim, para o fator de comunicabilidade e promoção, lançando-se mão, sobretudo, do marketing ecológico, já de saída facilmente identificado na expressão “ecoturismo”, como bem analisa **Pires** (2002).

A área governamental e os organismos oficiais encarregados de elaborar as políticas e ações no setor de turismo procuram associar o ecoturismo com as estratégias nacionais de planejamento afetas à escala do desenvolvimento regional e, mais recentemente, também para a área ambiental, incorporando ao conceito um enfoque conservacionista. Observa-se que no Brasil o conceito oficial de ecoturismo contido nos principais documentos e iniciativas tomadas nos últimos cinco anos vem incorporando os chamados “princípios éticos” já contemplados nos conceitos emanados pelas organizações não-governamentais internacionais — algumas também nacionais — que atuam na área, num sinal de reconhecimento de sua importância. Esse conceito e as proposições oficiais que o acompanham, no entanto, têm servido muito mais ao discurso retórico dos tecnocratas do governo e dos políticos, cujos interesses momentaneamente se cruzam com o tema, do que a uma efetiva política de desenvolvimento na área.

As organizações não-governamentais, por sua vez, juntamente com os órgãos congêneres que atuam na esfera governamental, vêem o ecoturismo como um meio útil e, não raro, primordial para se lograr o desenvolvimento sustentável de regiões marginalizadas do interior do país; nesse sentido, incorporam ao seu conceito os princípios éticos orientadores desse grande objetivo, princípios relacionados à autodeterminação das populações anfitriãs, à geração de benefícios locais, ao manejo sustentado do patrimônio natural e à difusão da consciência ecológica pela educação ambiental de todos os envolvidos.

O público turista faz seu conceito particular e circunstancial do ecoturismo. É lícito supor que prevalece uma grande carga de subjetividade condicionada pelas motivações e expectativas pessoais, pelo grau de realização ou de frustração experimentado, pelo nível de envolvimento e experiência acumulada, pela necessidade profissional ou interesse intelectual, etc. Normalmente, o público tende a emitir um conceito mais simplista e até mesmo emotivo sobre o ecoturismo, não deixando, porém, de ser legítimo e válido, até porque é por meio da captação do sentimento motivacional do ecoturista que o *trade* segmentará adequadamente seus serviços e produtos.

As populações residentes nas destinações, dependendo da orientação e informação a que tiveram acesso, poderão enfatizar seu próprio envolvimento nas distintas etapas a serem proporcionadas pelo desenvolvimento do ecoturismo, em atividades ou negócios que apresentem capacidade de gerar benefícios pessoais e progressos locais palpáveis. Seu conceito de ecoturismo, se bem conduzido, será estendido à valorização dos recursos naturais e culturais do seu entorno, como fator primordial de viabilização, ao longo do tempo, dos benefícios auferidos com o envolvimento.

Um risco permanente a rondar toda iniciativa de envolvimento de comunidades em propostas estranhas ao seu meio é o de ocorrer seu recuo e desvio de interesse devido à

sempre previsível demora no retorno esperado. O ecoturismo, a exemplo das inovações tecnológicas ou de manejo que os extensionistas agrícolas tentam introduzir no meio rural no âmbito de suas atuações, é submetido inicialmente a um certo preconceito, por mera ignorância, depois passa à fase de reticência, para, em seguida, ser experimentado por alguns pioneiros e mais arrojados, que servirão de referencial de fato para todos os demais. A idéia de ecoturismo amparada na abstração de seu conceito só adquire real significado quando se dá a materialização de pelo menos parte dos pressupostos nele contidos, **Pires** (2002).

Finalmente, a mídia parece revelar pelo menos duas facetas na sua relação com o ecoturismo. A primeira restringe-se ao cumprimento de seu papel clássico como rastreadora de fatos noticiáveis capazes de atrair o interesse público, que será revertido em número de leitores ou na audiência de telespectadores. Devido à alavancagem ambientalista que vem sendo proporcionada na atualidade pela emergência de um amplo espectro de temas ecológicos e ambientais, o ecoturismo plenamente identificado com essa temática foi alçado à ordem do dia, transformando-se em notícia corrente e foco de interesse em matérias factuais, em entrevistas e depoimentos pontuais no âmbito da programação televisiva e da imprensa escrita dirigida ao público em geral, segundo **Pires** (2002).

A segunda faceta é a que diz respeito ao envolvimento de determinados profissionais da imprensa com a temática ecoturística, fazendo-a objeto de sua dedicação permanente e especialização, que fluem na forma de colunas assinadas em jornais e revistas, séries especiais para a tevê e pesquisas jornalísticas de maior fôlego envolvendo aspectos mais profundos e polêmicos da atividade. O público a que se dirige tal produção é ainda seletivo, embora em franco crescimento.

## 4.2 Algumas Definições Complementares; (Pires, 2002).

Identificados os setores interessados no desenvolvimento do ecoturismo, é possível apresentar um elenco de definições e aproximações conceituais, emitidas justamente a partir de alguns desses distintos segmentos da sociedade, e tentar captá-las à luz dos interesses subjacentes ou, ainda, por meio da simples interpretação e reflexão sugeridas pela leitura atenta de cada uma.

Seguem-se, num primeiro momento, as definições dadas por entidades e personalidades que notoriamente atuam na área ambientalista e conservacionista, algumas de reconhecida influência nos rumos do ecoturismo, que, como tais, constituem referências conceituais para a adoção de políticas públicas no setor e para o planejamento da atividade em várias partes do mundo, referência obtida a partir da obra de **Pires (2002)**.

*Ecoturismo é aquele setor especializado do turismo que se caracteriza por uma clara propensão demonstrada por seus praticantes em viagens que os coloquem em íntimo contato com a natureza, mediante seu desfrute por simples observação ou estudo sistemático.*

*Ecoturismo ou turismo ecológico consiste em viagens ambientalmente responsáveis com visitas a áreas naturais relativamente sem distúrbios, para desfrutar e apreciar a natureza — juntamente com as manifestações culturais do passado ou do presente que possam existir—, e que ao mesmo tempo promove a conservação, proporciona baixo impacto pelos visitantes e contribui positivamente para o envolvimento socioeconômico ativo das populações locais.*

*Ecoturismo é a realização de uma viagem a áreas naturais que se encontram relativamente sem distúrbios ou contaminação, com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar a paisagem juntamente com suas plantas e animais silvestres, assim como qualquer manifestação cultural (passada ou presente) que ocorra nessas áreas.*

*O ecoturismo é uma forma de ecodesenvolvimento que representa um meio prático e efetivo de atrair melhorias sociais e econômicas para todos os países, e é um poderoso instrumento para a conservação das heranças naturais e culturais pelo mundo.*

*O turismo ecológico supõe abordagens científicas, estéticas e filosóficas, embora o turista ecológico não precise ser um profissional cientista, artista ou filósofo.*

*Ecoturismo é uma forma de turismo inspirada primeiramente pela história natural de uma área, incluindo suas culturas indígenas. O ecoturista visita áreas relativamente desenvolvidas com um espírito de participação, apreciação e sensibilidade. Os ecoturistas praticam um uso não-consumista da vida silvestre e dos recursos naturais, contribuem na área visitada mediante a geração de empregos e financiamento direto para a conservação do lugar e a melhora da economia das comunidades locais.*

*O ecoturismo pratica o uso não-destrutivo da vida selvagem e dos recursos naturais e contribui para as áreas visitadas através de esforços ou meios de ajuda para beneficiar diretamente a conservação desses sítios.*

*O turismo desenvolvido junto aos parques e reservas do mundo inteiro é freqüentemente chamado de “ecoturismo”. Essa palavra descreve tanto a motivação dos turistas em visitar ecossistemas naturais como as expectativas de benefícios para a conservação gerados a partir dessa atividade.*

*Ecoturismo pode ser definido como o turismo na natureza que contribui para a conservação através da geração de fundos para as áreas protegidas, criando oportunidades de trabalho para as comunidades locais e oferecendo educação ambiental. Ao promover esses objetivos, os impactos negativos da degradação ambiental, instabilidade econômica e os impactos socioculturais podem ser minimizados.*

*Ecoturismo é a viagem na natureza que avança em direção à conservação e aos esforços de desenvolvimento sustentável. [...] O ecoturismo é o resultado da convergência de duas tendências independentes: a da indústria do turismo com a dos conservacionistas.*

*Na indústria de viagens define-se ecoturismo como uma viagem com o propósito de criar um conhecimento e compreensão da história natural e cultural, protegendo, ao mesmo tempo, a integridade do ecossistema e produzindo benefícios econômicos para apoiar a conservação.*

*Ecoturismo: segmento turístico em que a paisagem é a principal variável como ponto de confluência dos fatores ambientais e antrópicos, cujo objetivo é a integração do visitante com o meio natural e com a população, que participa dos serviços prestados aos turistas. O ecoturismo prioriza a preservação do espaço natural em que é realizado, e o seu projeto contempla antes de tudo a conservação diante de qualquer outra atividade. O termo “ecoturismo” está estreitamente vinculado ao conceito de turismo verde, não sendo incorreta a identificação.*

*Turismo verde [por analogia, o ecoturismo] é, em termos teóricos, uma maneira de descrever uma modalidade de turismo que atua como força positiva para a conservação ambiental através da geração de turistas conscientes e preocupados, e como um agente local para o crescimento pelo incentivo à auto-suficiência. Em termos práticos, esse conceito se transfere para a satisfação e conciliação de três objetivos: a conservação do ambiente natural construído pelo homem; a oportunidade para a satisfação individual do turista; e a proteção e bem-estar da comunidade local. Esses objetivos se referem aos interesses ambientais dos visitantes e das comunidades receptoras, respectivamente, e a resolução dos conflitos desses interesses constitui o âmago da filosofia do turismo verde.*

*O turismo natureza [por analogia, o ecoturismo] é uma maneira não-destrutiva de utilizar a vida selvagem para benefício das populações humanas.*

*Ecoturismo [...] uma prática planejada de turismo na qual o desfrute da natureza e o saber sobre as formas de vida e o seu relacionamento com o ambiente são proporcionados ao mesmo tempo; é uma atividade que não resulta na deterioração do ambiente que fornece apoio para a conservação dos recursos naturais e culturais, produzindo em consequência benefícios econômicos mais voltados para a população.*

Da leitura e análise das definições e aproximações conceituais apresentadas resultam alguns aspectos cuja recorrência, no conjunto, permite destacá-los como pontos fundamentais na concepção ambientalista do ecoturismo e na construção de seu conceito. São eles, ainda segundo **Pires (2002)**.

- a ênfase na natureza, na história natural e nas culturas autóctones dos destinos caracterizados pela sua originalidade e autenticidade;
- a preocupação com os impactos socioambientais da atividade nos destinos e com a sustentabilidade dos recursos utilizados;
- a prioridade à geração de benefícios advindos da atividade para as comunidades locais e a preocupação com o seu bem-estar;

- o apoio e engajamento nas ações de desenvolvimento conservacionista junto aos destinos;
- a opção pelo desfrute saudável e pela compreensão dos ambientes visitados via educação ambiental.

Como se verifica, dada a abrangência de aspectos relevantes contemplados nos conceitos de ecoturismo adotados pelas organizações, entidades e personalidades da área ambientalista e conservacionista, estes acabam por ser considerados e, até mesmo, incorporados pelo discurso oficial dos organismos governamentais encarregados de planejar e gerir políticas e ações nessa área. Nesse sentido, em relação ao Brasil, pode-se constatar, no âmbito do MICT/Embratur e Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (MMA)/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), uma evolução na clareza e abrangência do conceito de ecoturismo adotado, nos dois momentos distintos em que foram lançados oficialmente os programas e as diretrizes para o setor:

*Ecoturismo é o turismo desenvolvido em localidades com potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza, bem como oferecer aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, buscando a formação de uma consciência ecológica nacional.*

*Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.*

Enquanto a primeira conceituação se mostra um tanto difusa e pouco objetiva, a segunda se apresenta mais concisa e, ao mesmo tempo, abrangente, fazendo menção até às populações envolvidas, embora peque ainda por uma certa redundância quanto ao uso dos

termos sustentável e conservação, pois “utilizar de forma sustentável o patrimônio natural e cultural” e “incentivar a sua conservação” dizem a mesma coisa.

Por sua vez, as entidades e organizações representantes do *trade* ecoturístico oferecem os seguintes conceitos:

*Ecoturismo é a viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local.*

*Ecoturismo é toda atividade turística realizada em área natural com o objetivo de observação e conhecimento da flora, fauna e aspectos cênicos (com ou sem o sentido de aventura); prática de esportes e realização de pesquisas científicas.*

*O ecoturismo é a prática de turismo de lazer, esportivo ou educacional, em áreas naturais, que se utiliza de forma sustentável dos patrimônios natural e cultural, incentiva a sua conservação, promove a formação da consciência ambientalista e garante o bem-estar das populações envolvidas.*

Seguem-se algumas abordagens conceituais apresentadas por pesquisadores, consultores e pelo mundo acadêmico em geral, em que se verifica a variedade de enfoques e de aspectos evidenciados nas concepções particulares do ecoturismo:

O ecoturismo chamado de turismo ambiental ou turismo verde caracteriza-se e distingue-se de outras formas de turismo por equilibrar em seu conteúdo três aspectos: o aspecto interpretativo [descobrir e conhecer o meio]; o aspecto de animação [desenvolver a personalidade em grupo]; e o aspecto desportivo [exercitação física]. O turismo ambiental se desenvolve em roteiros planejados para proporcionar uma forte integração do participante com o entorno a ser descoberto. As áreas percorridas possuem valores ecológicos, culturais e sociais notáveis que dão sentido ao roteiro estabelecido.

**Roberto Mourão** (1995), ao incluir o ecoturismo como um segmento dentro do conceito mais amplo de turismo participativo (Special Interest Travel) define-o como:

*[...] a realização de programas com atividades ligadas ao meio ambiente natural, em geral amadoras, em que os participantes mantêm contato com a natureza; são exemplos: acampamentos, caminhadas, observação de aves, etc.*

*O ecoturismo deve ser entendido como a atividade de lazer voltada para a valorização do ócio, em que o homem busca, por necessidade e por direito, a revitalização da capacidade interativa e do prazer lúdico nas relações com a natureza.*

*O turismo ecológico atrai aqueles que procuram a natureza para desfrutar de seus recursos no tempo livre; este, o turismo de aventura e outras formas criativas são modalidades dirigidas para uma demanda específica e têm sua procura apoiada em recursos naturais primários e pouco explorados [...] na esteira do ambientalismo, essas atividades buscam áreas “redescobertas” ou “reavaliadas” no atual contexto da ecologia. As atrações predominantes são os elementos paisagísticos isolados ou em conjunto, porém, e principalmente, diferenciados do usual.*

*O ecoturismo é o setor especializado do turismo cujos participantes viajam para estar em contato com a natureza mediante o seu desfrute por simples observação ou pelo seu estudo sistemático. [Categorias de ecoturismo estabelecidas pelo autor: ecoturismo naturalista; ecoturismo científico; ecoturismo cinegético e de pesca.]*

*O turismo orientado para a natureza (também chamado de turismo de história natural ou ecoturismo) é um fenômeno aparentemente em crescimento num certo número de países desenvolvidos. Nele as formas de visita variam, desde visitas com propostas de pesquisa científica ou de educação formal até o turismo meramente recreativo que utiliza os valores estéticos dos recursos naturais, freqüentemente combinados com elementos de aventura real ou sintética. [...] O turismo orientado para a natureza se caracteriza facilmente como o turismo baseado diretamente no uso dos recursos naturais no seu estado relativamente não-alterado, em que se incluem paisagens, topografia, hidrografia, vegetação e vida selvagem.*

*Ecoturismo é o turismo desenvolvido e praticado de modo a proteger o meio natural e humano no qual ocorre. Para seu êxito, esse tipo de turismo exige meios naturais preservados.*

*Todo tipo de turismo que promova a conservação de recursos naturais e culturais de determinadas localidades ou comunidades deve ser enquadrado na modalidade de ecoturismo.*

*O turismo baseado na natureza é definido como a viagem que está primeiramente preocupada com o desfrute direto de alguns fenômenos da natureza relativamente pouco alterados.*

O aspecto comum a todas as definições e conceitos apresentados é a ênfase dada á utilização do meio natural, ou seja, a natureza no seu estado ainda original ou pouco alterado como cenário da prática ecoturística, e é esta a condição para o contato, desfrute, observação, educação ambiental e interesse científico por parte dos visitantes que a ela recorrem por meio do ecoturismo.

## 5 O ECOTURISMO NO BRASIL

A origem e a evolução do ecoturismo no Brasil se deram (e vêm se dando) em um processo que pode ser considerado análogo, em vários aspectos, ao ocorrido com o ecoturismo mundial, ao mesmo tempo em que gerou e manteve especificidades inerentes ao nosso contexto sociocultural, como se constatará, aspectos analisados por **Pires** (2002).

Nesse sentido, não há como negar a contribuição ambientalista na formação de quadros para o ecoturismo no Brasil, assim como a influência do período histórico marcado pelo florescimento cultural e ideológico de novas concepções, posturas e atitudes cuja repercussão social e política marcou uma fase da história contemporânea do país. Dela fez parte toda uma geração de jovens tomada pelo entusiasmo ideológico e pela determinação de participação e de transformação social, entre eles muitos também embebidos do sentimento ambientalista que nesse período se alastrava entre nós — o surgimento das primeiras entidades ambientalistas, como a Associação Gaúcha de Proteção do Ambiente Natural (Agapan), a Associação Catarinense de Preservação da Natureza (Acaprena), a Associação de Preservação e Equilíbrio do Meio Ambiente de Santa Catarina (Aprema), etc., data desse período. Dessa geração forjada nos anos 1970 emergiriam mais adiante, já nos anos 1980, os protagonistas da fase pioneira do ecoturismo como atividade profissional, negócio e meio de vida de seus empreendedores.

Outro traço determinante do surgimento do ecoturismo no Brasil pode ser identificado a partir de um tipo de iniciativa que também integra o histórico de vida desses protagonistas. Boa parte deles, desde a juventude, lançou-se voluntariamente no excursionismo amador em busca da natureza, de ambientes desconhecidos e inóspitos e de paisagens exuberantes e singulares. Os ingredientes preferenciais desse excursionismo emblemático pela imagem dos mochileiros e aventureiros eram as longas caminhadas, a exploração de cavernas, as práticas de montanhismo e os acampamentos “selvagens” com muita improvisação, desprendimento pessoal e senso de colaboração mútua.

Na verdade, esses três fatores — ambientalismo, ideologismo e excursionismo —, tomados aqui momentaneamente na sua especificidade, contribuíram simultaneamente, num processo cumulativo e integralizador, para o surgimento dessa geração protagonista da fase inicial do ecoturismo. Deve-se, no entanto, ressaltar o caráter parcial desse momentâneo esboço de resgate histórico da atividade no Brasil, pois a geração referida e a conjuntura que a projetou representam apenas uma das faces do cenário do qual emergiu o ecoturismo, cuja amplitude comporta outros personagens e circunstâncias igualmente participantes da recente história dessa atividade entre nós.

Nesse sentido, devem ser contemplados outros personagens e seus respectivos âmbitos de atuação, pois a geração de guias e operadores pioneiros do ecoturismo, concentrados sobretudo na cidade de São Paulo, perfaz apenas um dos setores com atuação no ecoturismo, que é o *trade emissivo* — agencia pacotes e envia os turistas para destinações diversas. Sua trajetória e seu perfil atual, no entanto, podem ser considerados emblemáticos dos demais operadores atuantes em outros grandes centros urbanos do país, notadamente as capitais dos estados do Sul e Sudeste. O traço comum que os identifica é a captação de um público de origem urbana, para viagens na natureza, em destinos regionais, nacionais e também do exterior.

De forma distinta, o estado do Amazonas e a região do Pantanal mato-grossense constituem-se em pólos receptivos do ecoturismo. No caso do Amazonas, sempre vigorou o *trade receptivo* — setor do ecoturismo que recebe o turista na destinação e presta os serviços correspondentes —, voltado para uma demanda predominantemente internacional, enquanto no Pantanal o *trade* receptivo atende tanto à demanda internacional quanto à nacional, esta última provavelmente majoritária. Esses dois pólos mantêm características peculiares de envolvimento com o ecoturismo e, com isso, reservam para si uma análise mais detida e um histórico próprio e naturalmente diferente daquele atribuído ao *trade* emissivo.

Já nas unidades de conservação federais, estabelecem-se também as atividades receptivas de uma demanda de público sobretudo nacional, à exceção do Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, para onde converge um grande fluxo de visitantes tanto nacionais quanto internacionais. Trata-se de uma rede de áreas naturais legalmente instituídas e distribuídas por todo o país, que, acrescidas ainda das unidades de conservação estaduais e municipais, vêm tomando parte da história do ecoturismo na medida da sua utilização pelo *trade* emissivo de todo o país como destinos ecoturísticos, não obstante os graves problemas de regularização fundiária, de desestruturação e de ameaças de toda ordem à integridade territorial e ecológica de boa parte dessas unidades, notadamente as federais.

Quanto ao setor oficial, ou seja, o governo e seus organismos constituídos para implementar políticas na área de turismo e gerir as ações que delas decorrem, reserva para si um papel de relevância no desenvolvimento do ecoturismo no Brasil somente após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), quando parece ter-se imbuído da dimensão conceitual dessa atividade e de sua importância para o país. Nessa fase de retomada do envolvimento oficial (a partir de 1993), algumas personalidades responsáveis pelo desenvolvimento do ecoturismo no Brasil são convidadas, como consultoras, a prestar sua contribuição no estabelecimento de políticas públicas para o

setor. O próprio *trade* do ecoturismo não tardou a imprimir, de forma efetiva e com abrangência nacional, sua organização como entidade, advindo daí uma nova fase de mobilização e implementação de ações voltadas para o interesse comum do setor.

Finalmente, nesta análise panorâmica das principais vertentes constituintes da origem trajetória e das facetas do ecoturismo, tem-se o envolvimento das organizações não-governamentais (ONGs), notadamente as de índole ambientalista. Não por acaso, tal envolvimento realmente despontou e cresceu a partir da realização da Eco-92 no Rio de Janeiro e dos seus encontros preparatórios, nos quais se propiciou, em meio a outras inúmeras trincheiras ambientalistas, uma releitura ambientalista do conceito da atividade até então difundida como turismo ecológico, cujo conteúdo era basicamente inspirado na imagem poética da contemplação das belezas e dos encantos da natureza e na proposição de uma atitude humana mais ativa diante de sua descoberta e dos “desafios” por ela proporcionados.

Dessa abordagem surge um conceito revigorado e muito mais abrangente, forjado na mesma têmpera dos emergentes paradigmas ambientalistas, que encontrou abrigo perfeito em outro neologismo: o *ecoturismo*, com o qual passou a exprimir claramente toda uma ética preservacionista. Tal fato conferiu ao ecoturismo uma importância transcendental no universo de atuação das ONGs e, em contrapartida, uma crescente influência dessas organizações e entidades na trajetória mais recente do ecoturismo e nos seus destinos, como analisa **Pires** (2002).

O ecoturismo chega, então, aos dias atuais revestido de uma aura paradigmática, atribuída por força do ambientalismo preservacionista, e com ela vem sendo propalado como grande alternativa para o chamado “desenvolvimento sustentável” de regiões ecologicamente privilegiadas e economicamente subdesenvolvidas. Muitas vezes, contudo, em meio à profusão de atividades e de ações que em seu nome se realizam, revelam-se facetas destoantes

dos nobres princípios que o acompanham.

Este breve retrospecto do ecoturismo, que, além de sua consagração ambientalista, é tido como o segmento do turismo que mais cresce no Brasil e no mundo, permite apontar os seguintes acontecimentos, que adiante serão analisados mais detidamente:

- ocorrência de fatos contemporâneos expressos em iniciativas e ações voluntárias e isoladas, mas que, devido à sua natureza e precedência, poderão ser tomados como antecedentes históricos do ecoturismo no Brasil. Desses constam experiências individuais e coletivas de contato com a natureza — os *hippies* e o excursionismo, iniciativas empresariais e acadêmicas em viagens alternativas e atividades amadoras em esportes e aventura na natureza;
- a implantação de empreendimentos hoteleiros no estado do Amazonas, os chamados hotéis de selva ou *lodges*, concebidos para proporcionar uma ambientação direta do hóspede-turista com o entorno natural em determinadas localidades da floresta Amazônica, dando-se o mesmo, alguns anos depois, em relação à região do Pantanal mato-grossense, sob a forma de pousadas ecológicas;
- o surgimento de uma geração de empreendedores de origem urbana oriunda das experiências anteriores de excursionismo na natureza e, não raro, formada nos quadros ambientalistas e ideológicos de então, que se lançaram de forma pré-profissional no agenciamento e na operação do turismo na natureza;
- a evolução conceitual do que se praticava sob o rótulo de *turismo ecológico* ou, ainda, *turismo na natureza* para o *ecoturismo*, sob a égide do ambientalismo revigorado pela Eco-92, acarretando uma reorientação ética nas iniciativas e

ações geradas pela atividade e o progressivo envolvimento das ONGs com o ecoturismo, apropriando-o em várias frentes de atuação;

- o desencadear dos primeiros eventos no país voltados especificamente para essa temática, promovidos pelo meio acadêmico nacional e por organizações internacionais atuantes na área, além das primeiras iniciativas de aglutinação do *trade*;
- o retorno à cena do setor governamental reassumindo seu papel institucional diante da necessidade do estabelecimento de políticas, diretrizes e regulamentações para uma atividade já bastante expressiva no cenário turístico nacional;
- a mobilização do *trade* do ecoturismo, a fundação de sua entidade representativa em escala nacional e o início do processo de organização e regulamentação do setor em parceria com as instituições oficiais.

Cabe agora dar ensejo à abordagem, primeiramente individualizada, em relação a cada um dos aspectos elencados, para, em seguida, expô-los na sua interdependência e complementaridade.

### **5.1 Antecedentes do Ecoturismo**

Mantendo o mesmo horizonte contemporâneo de análise já delineado por ocasião da abordagem anterior do surgimento do ecoturismo no mundo, a identificação, no Brasil, dos acontecimentos e de seus personagens, que podem ser tomados como antecedentes dessa atividade, remete ao contexto histórico marcado pelo desenvolvimento industrial e tecnológico, pela expansão urbana e urbanização crescentes da população e pela efervescência cultural iniciada a partir dos anos 1950 e que viria a eclodir no final dos anos 1960.

Cada um desses fatores, ora podendo ser tomados na sua especificidade, ora devendo ser considerados nas suas interfaces e interdependência, emoldurou um quadro de transformações sociais e econômicas, de expectativas existenciais e de questionamento de valores culturais, em cujo interior determinados segmentos da sociedade puderam não apenas expressar seus anseios e suas idéias, como também investir em projetos pessoais inovadores, seja em seu estilo de vida, seja na sua atuação profissional. Como a gênese de tal processo se deu nos centros urbanos, sobretudo nas grandes cidades brasileiras, é desse meio que haveriam de surgir os protagonistas de iniciativas e das atitudes que viriam, mais tarde, a constituir-se em referenciais contemporâneos e, quando não, em acontecimentos precursores do ecoturismo entre nós.

Essa sociedade, no entanto, da qual se procura extrair fatos e personagens para compor um ábaco delineador de referenciais cujos desdobramentos, com o passar do tempo, exerceram de alguma forma sua influência no surgimento do ecoturismo atual, é a mesma sociedade moderna que, ao impor uma contenção ambiental cada vez mais urbana e um modo de vida progressivamente artificializado ao cotidiano de seus cidadãos, os levou também a acalantar o desejo da volta às origens e do contato com a natureza, como analisou (**Pires 2002**).

Para alguns, uma “natureza” perdida nas reminiscências de um passado vivido no meio rural ou num subúrbio entremeado de chácaras, pomares, quintais e matas remanescentes, desejos que **Rodrigues (1985)** traduz como:

“[...] o retorno a uma vida bucólica [...] a montanha, a natureza exuberante ou, de modo mais genérico, a paisagem natural, converte-se no cenário onde os cidadãos buscam reencontrar valores que o chamado progresso eliminou da vida cotidiana”.

Para outros, uma “natureza” simplesmente concebida no imaginário de um mundo primitivo, distante e desconhecido, a ser desvendado e vivenciado ao sabor de desafios e de aventuras nunca antes experimentadas.

Movidos, então, por tal apelo, ou talvez ainda por outros fatores difusos de caráter particular, mas mantendo em comum o desejo de desprender-se, ainda que temporariamente, dos limites urbanos de seu ciclo de vida e do cômodo (ou incômodo) cotidiano de conforto, segurança e rotina programada, muitos se lançaram voluntariamente — e continuam se lançando — em experiências que lhes proporcionassem novas formas de mobilidade, novos horizontes geográficos e novas sensações perceptivas do ambiente.

Assim, percorrendo trilhas e caminhos rústicos; escalando encostas e vencendo obstáculos para atingir o cume de morros, montanhas e outros locais proeminentes do território; explorando cavernas; penetrando no interior de florestas fechadas; desvendando cachoeiras ocultas nas matas e nas saliências do relevo; descobrindo praias agrestes, ilhas, costões, dunas e outros recantos costeiros; mergulhando e pescando em rios e lagoas límpidos; contemplando paisagens singulares; conhecendo culturas e comunidades nativas, entre outras experiências em ambientes naturais ou remotos, indivíduos anônimos de distintas condições sociais, ao dar ensejo voluntariamente ao seu espírito de aventura e às suas expectativas vivenciais, fizeram-se em sua época personagens dos acontecimentos precursores daquilo que hoje se concebe por ecoturismo.

A partir desse panorama, compreensível, porém genérico, advém a necessidade de identificar, em meio ao universo de atitudes e iniciativas dispersas na sua individualidade e especificidade, aqueles acontecimentos que possam ser tomados como antecedentes contemporâneos do ecoturismo, uma vez que ocorridos no período histórico já definido como cenário de partida para a presente abordagem, e ofereçam facetas possíveis de ser apreendidas

em seu caráter pré-ecoturístico, considerando a escala de antecedência estabelecida.

Dessa forma, serão destacados três acontecimentos emblemáticos que, embora não tivessem mantido nenhuma relação entre si, concorreram no seu tempo para a constituição dos referenciais históricos perseguidos neste trabalho. São eles:

- duas iniciativas que remontam ao início dos anos 1960: uma delas de caráter empresarial na área de agenciamento e operação de viagens; a outra de cunho acadêmico envolvendo viagens com alunos, e ambas com objetivos de “estudo do meio”;
- uma experiência protagonizada pelo movimento *hippie* a partir do final dos anos 1960;
- o excursionismo em ambientes naturais organizado nos anos 1970 por jovens estudantes.

Quando todas as referências a respeito do surgimento das primeiras atividades de agenciamento e operação comercial de viagens, voltadas para ambientes naturais e com enfoque ecológico ou ambiental, pareciam remeter cronologicamente à década de 1980, e estavam ancoradas em depoimentos obtidos dos personagens do *trade* do ecoturismo no Brasil, o recurso à pesquisa bibliográfica revelou um dado surpreendente. **Domingos de Toledo Piza** (1992) na condição, ele próprio, de protagonista, depõe sobre as experiências precursoras do turismo ecológico no Brasil concebidas e iniciadas no ano de 1962, tendo a cidade de São Paulo como centro emissor de turistas e as cidades históricas de Minas Gerais e seu contexto ambiental como destino, registro histórico obtido em **Pires** (2002).

A essa atividade deu-se o nome de “estudos do meio”, que se constituíam, nas palavras do autor, em “programas de viagem especialmente preparados para ser usados como processo pedagógico pelos colégios de São Paulo”. De fato, o que ocorreu foi uma conjunção dos serviços de viagem e de operacionalização de roteiros turísticos e as necessidades

curriculares de algumas escolas de elite, públicas e privadas, da cidade de São Paulo, diante da proposta de “estudos do meio”.

Nesse sentido, o Colégio *Sion* foi o primeiro a solicitar um programa tendo como foco de interesse as cidades históricas de Minas Gerais, que se realizou no ano de 1962. Ainda no mesmo ano, os colégios Santa Cruz e *Deux Oiseaux* realizaram a mesma viagem. No ano seguinte, o Colégio *Deux Oiseaux* solicitou um roteiro com características similares para ser desenvolvido em algumas cidades do Nordeste do Brasil, consolidando assim o início de um longo período de viagens programadas por meio de 68 diferentes roteiros, com o objetivo de colocar alunos e professores dos colégios elitizados de São Paulo em contato direto com a realidade sociocultural e com o ambiente natural das mais distintas regiões do país, entre as quais a Amazônia, como relata o autor.

Essa experiência, que se prolongaria de forma sistematizada por mais de duas décadas, foi vista por **Piza** (1992) não só como uma aliança entre o turismo e o meio ambiente na medida da “preocupação ecológica” que permeava as viagens, mas também como uma função pedagógica na medida do conhecimento e do aprendizado que delas resultavam.

Uma outra experiência igualmente pioneira e com idêntico caráter deu-se de forma quase contemporânea à de **Piza** (1992). Nela, a professora Nícea Wendel de Magalhães, com atuação em colégios estaduais (estendida depois para colégios particulares em que atuou) na cidade de São Paulo, por volta de 1962/1963, começa a organizar viagens experimentais para determinadas regiões no litoral do estado, colocando os alunos em contato direto com ambientes naturais e seus ecossistemas e desenvolvendo um processo de ensino-aprendizagem completamente inovador nas áreas de botânica, zoologia, geografia e história, que se constituíam essencialmente em estudos do meio.

Essa experiência de passeios programados para regiões pouco desenvolvidas e ricas em recursos naturais quase não alterados expandiu-se nos anos subseqüentes, atingindo o auge nos anos 1970. Também se destacaram na experiência as professoras Helena Nirabelli e Nídia Pantuska, no âmbito de suas respectivas atividades e locais de ensino e em torno da mesma proposta pedagógica da professora Nícea Magalhães.

Já por volta de 1982, de acordo com a professora Nícea Magalhães, ocorre a primeira viagem experimental do gênero para o Pantanal mato-grossense, com grupos de alunos do Colégio Galileu Galilei em São Paulo, onde a professora então atuava. Tais viagens de estudos do meio e seu constante comprometimento com o caráter de educação ambiental ensinaram a fundação, na mesma época, da Eco Associação, uma organização não-governamental voltada para a educação ambiental, que passou a servir de referencial para a realização de atividades desse gênero — não só pela própria professora Nícea e seu grupo de professores e monitores que participavam organicamente da entidade, como também para outros professores que recorriam à Eco Associação para viabilizar suas atividades acadêmicas com semelhante objetivo.

O êxito dessa entidade inspirou o surgimento, a partir da segunda metade dos anos 1980, de iniciativas em torno da organização de viagens com objetivos de estudos e de educação ambiental em locais apropriados para isso e/ou de interesse histórico-cultural, tendo os estudantes como público-alvo. Grande parte dessas iniciativas, algumas já com a roupagem de agências e operadoras de turismo ecológico, foi empreendida por professores e estudantes universitários, que anteriormente fizeram parte do grupo que atuou com a Eco Associação como monitores ambientais e que, por meio dessa entidade, se capacitaram em cursos e outros eventos sobre educação ambiental por ela organizados.

À luz dos acontecimentos expostos, depreendem-se das viagens de estudos do meio realizadas por Piza e Nícea Magalhães os seguintes aspectos:

- a precedência cronológica em relação ao período histórico recente (década de 1980) em que surgiu a chamada geração pioneira de operadores de ecoturismo faz dos estudos do meio e de seu envoltório turístico um referencial a ser considerado não apenas na generalidade dos antecedentes históricos do turismo não-convencional como também na especificidade dos primeiros roteiros com enfoque ecológico e ambiental veiculados no âmbito do mercado turístico no Brasil, tratando-se, então de iniciativa verdadeiramente pioneira no segmento do turismo hoje consagrado como ecoturismo;
- embora se esteja considerando o Brasil como cenário momentâneo de análise, as referências obtidas em relação às experiências pioneiras em turismo alternativo empreendidas em outras regiões do planeta autorizam a posicionar os estudos do meio no Brasil, como atividade turística com enfoques ambientais, entre as primeiras experiências pioneiras nesse sentido também em escala mundial;
- o caráter pedagógico e os enfoques ambientais e ecológicos que se verificam na formatação dos programas e na elaboração dos roteiros turísticos, assim identificados como “estudos do meio” por ocasião da sua vigência, anteciparam o atual caráter educativo e os enfoques conservacionistas atribuídos ao ecoturismo, considerando, evidentemente, as distintas acepções ambientalistas implicadas em cada um desses momentos históricos, assim como a diferença de alcance social das respectivas atividades em sua época;
- tendo em conta que toda a concepção dos estudos do meio convergiu naturalmente, e desde o início, para as necessidades pedagógicas de um aprendizado inovador, ainda que proporcionado apenas a uma categoria de estudantes da elite econômica, especialmente no caso das atividades empreendidas por **Piza** (1992), hoje essa concepção se encontra abrigada no ecoturismo como uma de suas facetas, e seu potencial vem sendo retomado na forma de atividades ecoturísticas operacionalizadas pelas atuais empresas do ramo nas escolas dos segmentos sociais A e B dos grandes centros urbanos do país, o que denota a manutenção do caráter ainda elitista dessa atividade.

Pelo menos dois motivos parecem justificar a inclusão do movimento *hippie* entre os fatores que contribuíram para o estabelecimento de referenciais históricos a partir dos quais se torna possível tecer uma análise do surgimento e da evolução do ecoturismo no Brasil.

O primeiro, e mais objetivo deles, é a constatação de que esse movimento logrou estabelecer bases fixas no território brasileiro, mais exatamente em Arembepe, no litoral norte da Bahia, fato considerado por **Souza** (1995) como precursor do ecoturismo no estado e, por extensão, em outras partes da Região Nordeste.

O segundo motivo, que nada mais é se não a contextualização do anterior, relaciona-se com a própria razão de ser do movimento *hippie*, como expressão do caldo da contracultura que então se disseminava por várias partes do mundo no final dos anos 1960. Como tal, entre outros valores e princípios — ou contestação desses —, inspirou percepções alternativas e inovadoras em relação ao entorno ambiental. Essas iriam manifestar-se na procura da natureza “virgem” e dos lugares remotos revestidos de uma aura rural-natural, que proporcionassem um certo isolamento espacial da sociedade moderna e do padrão de vida consumista por ela engendrado e, a partir daí, a liberdade de ser, fazer e estar, emblematizada pelo próprio movimento como “sociedade alternativa”.

Das aspirações, sentimentos e atitudes acalentados por esse movimento de índole pacifista e tão-somente vividos ou experimentados pela parcela limitada da população jovem que dele tomou parte efetiva, criou-se um legado de idéias e posturas que, de incompreendidas e até reprimidas institucionalmente, passaram, com o tempo, a ser assimiladas pelo conjunto da sociedade e incorporadas aos seus valores e ao seu cotidiano. Um desses legados foi, certamente, o sentimento de valorização da natureza, essencialmente idílico na sua versão *hippie*, mas que, com o passar do tempo, se matizou em diversas formas de percepção, gerando igualmente diferentes abordagens e apropriações.

A grande contribuição, ainda que involuntária, do movimento *hippie* para o *status* em que se encontra atualmente o ambientalismo e, por extensão, o interesse humano pela natureza, que vem sendo capitalizado com êxito pela “indústria” do turismo, parece residir justamente no aspecto de admiração poética pelas manifestações da natureza e suas singularidades e no decorrente impulso espontâneo e solidário pela sua pura e simples preservação. A própria cronologia histórica permite atribuir um caráter pré-ambientalista a essa faceta ingenuamente ecológica do movimento *hippie* e à sua coexistência com o surgimento das primeiras mobilizações e ações organizadas do ambientalismo contemporâneo no Brasil e no mundo, a partir de **Pires** (2002).

A consideração desse contexto faz remeter novamente ao cenário de chegada dos primeiros adeptos do movimento *hippie* à localidade de Arembepe, eleita como destino preferencial para a materialização do novo estilo de vida idealizado pelo movimento, devido ao seu isolamento geográfico e ao apelo de sua natureza inspiradora, composta de coqueiros, dunas, lagoas, rios e mar. Os jovens *hippies* que acorriam a Arembepe eram oriundos de diversas partes do mundo e do Brasil e sua imprevisível permanência no local estava voltada para a realização plena dos ideais de paz e amor, amor livre, harmonia com a natureza, liberdade de expressão, que eram os signos maiores do movimento.

O que faz **Souza** (1995), na sua abordagem histórica, relacionar o surgimento do ecoturismo na Bahia a esse fato, ocorrido a partir do final dos anos 1960 e que perduraria pelo menos por toda a década seguinte, é a admiração diante dos encantos da natureza e o propósito de estabelecer uma relação harmônica no aproveitamento de seus recursos, méritos esses que os grupos *hippies* pioneiros lograram deixar como marco de referência para outros segmentos da geração de jovens contemporânea deles, a qual, já a partir dos anos 1970, passaria gradativamente a investir na descoberta de outras localidades dotadas de atributos naturais e paisagísticos que lhe proporcionassem desde uma simples experiência alternativa de

viagem até uma nova opção de vida.

Não por acaso, a descoberta, a partir desse período, de destinos litorâneos como Canoa Quebrada e Jericoacoara, no Ceará; Porto Seguro, na Bahia; chapada Diamantina, no interior da Bahia, e litoral norte de São Paulo, que, a exemplo da precursora Areembepe, passaram a exercer no imaginário geral o apelo do exótico, da fantasia, da beleza original e do inusitado, logo transformados em expectativa de realização pessoal.

Nesse sentido, o interesse e o acesso a alguns destinos no Nordeste brasileiro por parte de visitantes pioneiros e outros aventureiros marcaram, nos anos 1970 e parte dos 1980, uma fase que pode ser considerada pré-ecoturística, já que essas iniciativas não passavam de experiências turísticas individuais, ou de grupos, essencialmente alternativas, tendo em conta a não-utilização do aparato operacional oferecido profissionalmente, como no caso do ecoturismo atual.

Nos comentários precedentes identificou-se o excursionismo entre os referenciais históricos determinantes da gênese do ecoturismo no Brasil, a partir da constatação de que a prática espontânea de atividades com caráter de lazer ou de aventura em ambientes naturais e lugares remotos se perde, no retrospecto de vida das gerações passadas, sob as mais diferentes motivações e formas de realização.

O enfoque perseguido, é identificar e analisar o conjunto de circunstâncias que proporcionaram as condições para o surgimento do ecoturismo no Brasil em seu caráter contemporâneo, leva ao resgate de um momento histórico e de sua circunscrição geográfica, em que essa atração pela natureza, o ímpeto de descobri-la e o desejo de desfrutá-la, inerentes à natureza humana, passam a ser canalizados para a realização de um conjunto de atividades abrigadas sob a denominação de “excursionismo”. No Brasil, esse momento histórico inicia-se no final dos anos 1960, e seu principal *locus* geográfico é a cidade de São Paulo.

Nesse período, segundo **Pires (2002)**, a chegada de franceses vinculados a empresas e instituições de seu país, que mantinham relações comerciais, institucionais e culturais com o Brasil, faz chegar também um novo conceito de esportes praticados em lugares diferentes, incluindo ambientes naturais geralmente de difícil acesso e realizados sob a forma de escalada, exploração de cavernas e *trekking* (caminhada de percurso mais longo envolvendo, geralmente, maior nível de dificuldade e pelo menos um pernoite durante a jornada). Essas atividades, que no seu caráter esportivo já se encontravam bastante difundidas no continente europeu, passam a ser introduzidas em São Paulo principalmente por meio dos franceses então radicados na cidade, que eram amantes e praticantes desse esporte em seu país e continente de origem.

As iniciativas do gênero que surgem a partir de então passam a ter como ponto de referência, segundo **Martins, Allievi, Zuquim e Waligora**, todos operadores de ecoturismos, citados na obra de **Pires**, entidades como o Clube Alpino Paulista, o Centro Excursionista Universitário da USP e a Sociedade Brasileira de Espeleologia. O Clube Alpino reunia basicamente franceses e outros europeus cujo perfil de interesse já foi mencionado. O Centro Excursionista, formado dentro da USP, abrigava os estudantes motivados pelas experiências do gênero, que a entidade incentivava e organizava. A Sociedade de Espeleologia era constituída por pesquisadores, estudiosos e interessados na exploração de cavidades subterrâneas.

Reforçando a constatação anterior de que a prática espontânea de atividades com caráter de lazer ou de aventura se perde no retrospecto de vida das gerações passadas, sob as mais diferentes motivações e formas de realização, deve ser ressaltado que, mesmo antes do surgimento dessas organizações, como também ao largo de sua existência e atuação, sempre houve pessoas à procura de lugares mais primitivos e remotos e de experiências alternativas de viagem. Em São Paulo, por exemplo, era comum a procura pelas chamadas “praias

selvagens” no litoral do estado ou de estados vizinhos, assim como outros ambientes naturais com idêntico apelo primitivo, iniciativas geralmente associadas à prática de acampamentos rústicos e outras jornadas “aventureiras” empreendidas, sobretudo, por adolescentes e jovens que viviam nos centros urbanos nessa época.

É com a chegada dos franceses que se inicia o alpinismo no Brasil, termo consagrado pela tradicional prática do montanhismo nos Alpes europeus, que passou a ter o Clube Alpino como seu principal reduto. Da mesma forma, introduz-se no Centro Excursionista da USP a espeleologia, que se constitui no estudo e na exploração de cavidades subterrâneas naturais. Com isso, o caráter tão-somente de aventura e de descobrimento que até então permeava as iniciativas espontâneas daqueles que se lançavam nessas empreitadas passou a incorporar critérios de segurança e de *performance* com os quais foi possível estendê-las a camadas sociais mais amplas, em especial, naquele momento, aos estudantes universitários que tinham acesso a essas entidades e por elas eram atraídos, abordagem relatada em **Pires** (2002).

O excursionismo e, com ele, a contemplação da paisagem, as caminhadas e *trekkings*, a exploração e o estudo de cavernas, o montanhismo, o mergulho e o ciclismo como atividades esportivas preferenciais, cuja prática já podia contar como advento de técnicas e aparatos antes desconhecidos ou indisponíveis, permitem aos envolvidos premeditar situações adversas, superar com maior segurança os obstáculos criados pela natureza, conviver com as limitações por ela proporcionadas e, finalmente, ampliar os horizontes perceptivos sobre seus atributos e manifestações mais notáveis.

O excursionismo incorpora-se, assim, à trajetória de vida de uma parcela da geração de jovens urbanos, num primeiro momento de São Paulo e, em seguida, do Rio de Janeiro, dotando-os de uma percepção diferenciada dos recursos da natureza, advinda do contato direto e do conhecimento proporcionado pela experiência. Essa condição especial os fazia

também aproximar-se — e, quando não, estar à frente — do movimento ambientalista, que, iniciado nos anos 1970 e já entrando nos 1980, conquistava espaços e adquiria crescente importância, tanto no cenário mundial como no nacional. Não por acaso, alguns anos depois, surgiram as primeiras iniciativas de organização de viagens à natureza a partir desses personagens, que iriam constituir-se na geração pioneira de guias e operadores emissivos de turismo ecológico de São Paulo, o que vale dizer, também, do Brasil.

Desse pequeno, porém significativo, celeiro que foi o excursionismo despontaram vocações e talentos que, na sua trajetória ulterior, iriam dedicar-se profissionalmente não só à organização de viagens à natureza e aos esportes de aventura, mas a outras frentes de atuação na sociedade, em especial no meio acadêmico e científico e em organismos governamentais e entidades não-governamentais da área de meio ambiente

## **5.2 Ações Oficiais no Ecoturismo**

O histórico do envolvimento do governo com o desenvolvimento do ecoturismo no Brasil por meio de seus organismos setoriais tem início em 1987 e, desde então, o período transcorrido até o momento pode ser dividido em duas fases distintas — uma anterior e a outra posterior a 1994, comenta **Pires** (2002).

### ***Primeira Fase***

Um fato que pode ser citado como marco de referência histórico para a questão do uso público de unidades de conservação, antes mesmo de se falar em turismo ecológico ou ecoturismo no Brasil, foi a necessidade captada pelo órgão público ambiental federal, no caso o antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), de estabelecer os programas de visitação e uso público dessas áreas no âmbito do plano de manejo a ser elaborado para cada uma delas, a partir de **Pires** (2002).

Para tanto, o primeiro passo se deu em 1978, quando foi elaborado por esse órgão o Plano de Manejo do Brasil para o Parque Nacional de Sete Cidades no Piauí, no qual estava incluída a proposta de um programa de uso público para essa unidade de conservação. A circunstância levou o IBDF, já em 1987, a constatar a necessidade de envolver o órgão de turismo (Embratur) nas questões de uso público de áreas naturais protegidas. Nesse sentido, **Silvio Barros II (1991)** acrescenta que, por volta de 1985, houve um acordo entre a Embratur e o IBDF (atualmente Ibama) para aproveitar o potencial dos parques nacionais por meio do “turismo de natureza”, que na época era denominado “turismo ecológico”, na campanha Conhecer para Preservar.

Transcorria, então, o ano de 1987, época em que a Embratur, órgão oficial responsável pelo desenvolvimento do turismo no país, tinha sua sede na cidade do Rio de Janeiro. Em meio à florescente perspectiva de um novo segmento do turismo que já vinha sendo capitalizado pelas primeiras gerações de agentes, operadores e guias envolvidos com a atividade então conhecida como “turismo ecológico”, esse órgão do governo federal veio a público com o lançamento do que chamou de Produto Turismo Ecológico.

Sob a égide dessa iniciativa, relembra **Pires (2002)**, firmaram-se convênios entre a Embratur e o Ibama e instituiu-se uma Comissão Técnica Nacional para monitorar o projeto do turismo ecológico no país. Várias ações foram desenvolvidas, incluindo formação de comissões técnicas em alguns estados, levantamento de centenas de atrativos ecológicos, cadastramento de operadoras de turismo ecológico e de guias especializados, preparação e realização de cursos de capacitação para guias e elaboração de campanhas publicitárias — realizações que constituíam a primeira fase do projeto. Programas e roteiros de turismo ecológico também foram catalogados pela comissão nesse período. **Silvio Barros II (1991)**, no entanto, considera que a grande maioria deles, hoje, não teria mérito para ser chamada de ecoturismo.

Na obra de **Pires** (2002) há o relato de que, nesse período, foi realizado um seminário sobre turismo ecológico no Rio de Janeiro, promovido pela Embratur, com a participação de operadoras de São Paulo e de representantes de outros estados. Observa, no entanto, que o projeto iniciado não foi adiante, o que corrobora a opinião de outras personalidades atuantes no mercado. A mesma fonte cita uma tentativa da Secretaria de Estado de Turismo e Esportes de São Paulo de organizar um encontro sobre turismo verde em 1986, que não obteve êxito.

Foi, como se sabe, uma fase de descontinuidade administrativa, provocada por mudanças na estrutura dos órgãos governamentais devido à preparação da nova Constituição, além da crônica falta de interesse e competência política do poder constituído.

No ano de 1991, dando início ao que seria chamado de segunda fase do projeto, a Embratur e o Ibama assinaram novo convenio para a definição de trabalhos conjuntos, surgindo a versão preliminar do Programa Ecoturismo, documento contendo um arcabouço de políticas e diretrizes, bem como estratégias de gerenciamento e de projetos nacionais para o que então já se chamava de ecoturismo. No bojo dessa “nova” fase é publicada, ainda em 1991, a versão preliminar *do Manual operacional do ecoturismo*, cujo objetivo foi oferecer normas para a atuação dos operadores dessa atividade, assim como orientações para a conservação dos recursos naturais.

Em 1991, a então Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República, tendo em vista a implantação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Goiás, e em parceria com uma das ONGs mais importantes do país (a Fundação Pró-Natureza — Funatura), realizou o I Curso Básico de Conductor de Visitante Ecoturístico, ministrado por Ismael Nobre e voltado para integrantes das comunidades vizinhas do parque. Pelo que se sabe, essa foi a primeira iniciativa de capacitação de recursos humanos para o ecoturismo no

Brasil fora do ensino formal e aberta à sociedade.

Em 1992 e 1993, a Embratur lançou-se em iniciativas para a promoção do ecoturismo, como a elaboração de banco de dados e de imagens do ecoturismo, a disseminação de informações e o desenvolvimento do “produto ecoturismo”. É de 1993 a nova versão do *Manual operacional do ecoturismo*, como atualização e aperfeiçoamento de seu antecessor. Antes da Eco-92, houve um grande esforço conjunto do Ibama e da Embratur para analisar seiscentos roteiros e programas de (eco)turismo que seriam oferecidos ao público nacional e internacional antes e durante o evento, havendo uma depuração deles efetuada segundo critérios de ecoturismo então adotados.

Nesse mesmo período, a Embratur criou no Rio de Janeiro um curso de formação de guias de turismo ecológico, cuja carga horária extensa (seis meses) dificultou a participação de muitos interessados. A mesma fonte comenta que havia certa resistência do órgão a dar aval a outros cursos do gênero que não fossem os de sua iniciativa no Rio de Janeiro.

Essa primeira fase do envolvimento do governo federal com o ecoturismo pode ser caracterizada por um período no qual nem o governo nem a sociedade podiam antever os rumos que estavam sendo determinados para essa atividade, ao sabor do crescente interesse pelas questões ambientais e ecológicas, dos quais emergia o interesse pelo contato com a natureza, em busca de experiências perceptivas e cognitivas em primeira mão.

Enquanto o setor turístico começava a beneficiar-se da crescente demanda, vendo surgir um segmento de empreendedores tão novos quanto o próprio mercado, o governo, por intermédio de seu órgão oficial de turismo, e já com relativo atraso, deu os primeiros passos na tentativa de recuperar o tempo perdido na sua função precípua, que é a de antecipar-se às novas tendências na área e exercer o papel de facilitador, fomentador e gestor em relação aos segmentos de interesse que despontavam nesse processo.

Foi assim que, na segunda metade dos anos 1980, Embratur lançou o Produto Turismo Ecológico e os subseqüentes “programas” e “projetos” — todos, porém, desprovidos de uma base conceitual mais sólida que permitisse contemplá-los no âmbito das verdadeiras expectativas que a atividade já proporcionava. Além disso, a submissão do órgão aos desmandos de uma orientação executiva centrada no politicismo e alheia às verdadeiras necessidades desse setor acarretou apenas eventuais dividendos políticos a quem, por circunstância, tinha ascendência sobre o órgão oficial de turismo, cujas ações não ofereciam solução de continuidade nem buscavam a necessária conexão com a realidade de um novo e pujante segmento no mercado do turismo que então se apresentava.

Tais colocações e seu conteúdo crítico devem ser considerados, sobretudo, em relação às esferas de poder muitas vezes situadas fora ou acima do próprio órgão de turismo, seja no plano federal, seja no estadual. Reconhecem-se, no entanto, a competência e a dignidade de alguns de seus dirigentes, bem como de uma parte de seu corpo técnico e administrativo, a despeito das limitações de trabalho por eles enfrentadas.

A ineficácia das ações governamentais nessa primeira fase é reconhecida até mesmo em seu atual corpo dirigente. Nesse sentido, Aldenir Chaves Paraguassú, diretor do Grupo Técnico de Coordenação de Ecoturismo para a Amazônia Legal (GTC-Amazônia) órgão cujo corpo técnico teve participação pessoal, encarregado de gerir a política de ecoturismo para a região, teceu o seguinte comentário em depoimento cedido em dezembro de 1997 no Rio de Janeiro:

*[...] antes da Eco-92 não se deve atribuir nada em termos oficiais no Brasil, época em que as ações eram extremamente desarticuladas e isoladas e não se tinha uma noção precisa do que efetivamente era o ecoturismo, pois não se tinha um conceito definido. Então eram coisas pontuais.*

## *Segunda Fase*

Não por mera coincidência cronológica, a retomada das ações oficiais em torno do ecoturismo, ou, melhor, o verdadeiro envolvimento oficial com o incremento dessa atividade, ocorreu pouco tempo depois da realização da Eco-92 no Brasil. O evento, reconhecida sua transcendente importância para a sociedade, significou para o ecoturismo uma injeção de novas perspectivas em pelo menos dois aspectos particulares:

- ampliação do interesse da sociedade pelo contato com a natureza — interesse não só imediato, por parte de determinados segmentos já engajados pelo seu envolvimento nas causas ambientais e nas questões ecológicas, mas também mediato, por parte da opinião pública em geral, que, com a divulgação proporcionada pela mídia, teve elevadas a sua sensibilidade, curiosidade e predisposição;
- alavancagem ambientalista das ações governamentais, na medida do providencial revigoreamento experimentado pela Embratur e pelo Ibama por ocasião do seu inevitável envolvimento na preparação das agendas ecoturísticas intra e extra-evento, especialmente no tocante à supervisão dos roteiros de visita aos destinos ecológicos do país, que deveriam corresponder às elevadas expectativas ambientalistas dos participantes.

Com isso, as novas condições para a retomada do envolvimento governamental com o ecoturismo estavam sendo impostas por força da demanda internacional e, com ela, dos requerimentos de qualidade nos serviços e o comprometimento conservacionista por parte dos gestores e empreendedores da atividade. Certamente, a realização, em 1993, também no Brasil, do Congresso Mundial de Viagens de Aventura e Ecoturismo, o mais importante evento da área, proporcionou um novo nivelamento em relação aos paradigmas e às

tendências que determinariam o desenvolvimento da atividade em escala global.

A esse respeito, **Barros II (1991)** comenta que:

*[...] já com a participação do Brasil nos congressos mundiais de ecoturismo, nós começamos a sentir que o consumidor internacional tinha expectativas a respeito do que ele chamaria de ecoturismo. Estava começando a exigir das operadoras novos critérios, advindo daí a nossa preocupação de que, se carimbássemos de ecoturismo qualquer tipo de produto que não estivesse de acordo com os critérios desse consumidor, o produto ecoturístico brasileiro perderia credibilidade no mercado. Havia, então, a necessidade de criar mecanismos que definissem o que nós chamaríamos de ecoturismo.*

Ressalte-se que no Brasil já havia algumas personalidades envolvidas com o planejamento e gestão do ecoturismo que gozavam de projeção e reconhecimento internacionais, dado que contribuiu para o adequado encaminhamento das novas ações que estavam por acontecer no sentido de garantir, em meio ao seu desenrolar, a observação dos critérios de qualidade e sustentabilidade a que se refere **Barros II (1991)**.

De fato, em agosto de 1994, o governo, por meio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT), criou um grupo de trabalho interministerial formado por técnicos da Embratur e do Ibama e por personalidades de algumas ONGs e empresas de consultoria que já vinham atuando no setor. Na ocasião, em Goiás Velho, numa oficina de planejamento, discutiram-se problemas de toda ordem que afetavam o setor e definiram-se diretrizes para orientar a política nacional de ecoturismo. A metodologia de trabalho envolveu ainda outras reuniões com a participação de representantes do Sebrae, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), da Unesco, da Associação Brasileira de Ecoturismo e do SENAC Nacional. Após um processo subsequente

de aperfeiçoamento, o resultado final do trabalho foi publicado no início de 1995 sob o título de *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*.

O documento estrutura-se a partir do estabelecimento de alguns objetivos básicos, para cuja consecução foram traçadas nove ações estratégicas, cada qual com sua especificidade:

- regulamentação do ecoturismo;
- fortalecimento e interação interinstitucional;
- formação e capacitação de recursos humanos;
- controle de qualidade do produto ecoturístico;
- gerenciamento de informações;
- incentivos ao desenvolvimento do ecoturismo;
- implantação e adequação de infra-estrutura;
- conscientização e informação do turista;
- participação comunitária.

O documento apresenta um espectro de problemas que envolvem o desenvolvimento do ecoturismo no Brasil e cobre, com realismo, o espectro geral dessa questão, a partir do que estabelece objetivos e estratégias de ação compatíveis com o quadro geral das necessidades para o setor.

As personalidades responsáveis pelo planejamento do ecoturismo nos órgãos federais reconhecem o deflagrar desse processo do grupo de trabalho e a conseqüente publicação das diretrizes como o ponto de partida do governo brasileiro na área de ecoturismo, até pelo fato de estarem elas envolvidas com essa nova fase. A esse respeito, **Serrano** (1998) comenta que

“[...] o documento [Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo] estimulou a discussão nos estados e alguns até já produziram um documento próprio”, a exemplo do estado de São Paulo, onde se desencadeou processo semelhante com a elaboração das Diretrizes para uma *Política Estadual de Ecoturismo*, porém por um processo mais amplo de envolvimento e discussão com os setores interessados da sociedade.

No âmbito das Diretrizes foi lançado em 1995 o Programa Nacional de Ecoturismo, que começou instituindo o denominado Grupo Técnico de Coordenação de Ecoturismo para a Amazônia Legal, com a representação de seis ministérios, a começar pelo do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, que, por intermédio da Secretaria da Amazônia, coordena todo o grupo. Segundo Paraguassú, o grupo trabalhou na definição da política de ecoturismo para a Amazônia e desenvolveu ações como a capacitação de recursos humanos para a atividade. Desse processo surgiu o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal, pelo qual se vislumbra um “desenvolvimento para a região através da geração de alternativas economicamente viáveis e ambientalmente corretas”. Essas ações seguem as orientações das diretrizes nacionais, e seus resultados servirão de referencial para outras regiões do país, já que a Amazônia foi priorizada pelo governo para iniciar essa fase de regionalização das diretrizes nacionais.

Em 2000, foi divulgado um mapeamento, em escala nacional, com a apresentação dos Pólos de Ecoturismo para cada uma das cinco grandes regiões do Brasil. Esse trabalho integra o Programa Pólos de Desenvolvimento do Ecoturismo no Brasil, resultado da Embratur com o IEB, e seu objetivo foi identificar em cada uma das regiões brasileiras as áreas-pólo que concentram expressivos recursos (naturais e culturais) com potencial ecoturístico, que poderão compor roteiros regionais, nacionais e até internacionais, na análise pontual do ecoturismo no Amazonas é definido uma seleção de alguns pólos locais.

Ainda por iniciativa governamental, e segundo informações da Embratur, ocorreram ações para a formação e capacitação de recursos humanos mediante oficinas e *workshops* em vários estados brasileiros visando o planejamento e à gestão de empreendimentos ecoturísticos, acompanhados de debates em encontros e em seminários. Foram também apoiados projetos ecoturísticos em várias partes do país e lançado o *Manual Indígena de Ecoturismo*, cuja realização coube ao GTC- Amazônia e Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Coordenação da Amazônia, e cujo conteúdo apresenta princípios e procedimentos para uma visita ordenada de turistas em terras indígenas.

Posteriormente, em 2001, dando continuidade ao programa, foi publicado o documento *Pólos de ecoturismo: planejamento e gestão*, acompanhado de um farto e belíssimo material ilustrativo, reunindo informações valiosas e proposições pertinentes destinadas a subsidiar planejadores e demais envolvidos com o ecoturismo.

A abordagem relativa às ações oficiais relacionadas ao ecoturismo no Brasil, citada acima, apenas delimita uma linha central de atuação governamental na área. Reconhecemos que o conjunto dessas mesmas ações apresenta aspectos, desdobramentos e implicações que escapam momentaneamente à referida abordagem, devendo ser objeto de oportunas análises. Contudo, cabe assinalar que o grande interesse social despertado em torno do ecoturismo vem se refletindo nessas principais ações oficiais e institucionais de alcance nacional ou de importância regional aqui destacadas, entre outras deflagradas no âmbito dos distintos governos estaduais, inclusive do Amazonas. Em todos os casos, todavia, recomenda-se a prudente posição de resguardo diante da efetividade e da eficácia dessas ações, ceticismo que seria injustificado não fosse a retrospectiva histórica de malogros determinados ora pela instabilidade econômica, ora pelos desvirtuamentos políticos, ora por uma combinação maligna de ambos.

## 6 O ECOTURISMO NO AMAZONAS

As primeiras referências contemporâneas à presença e ao movimento de turistas na Amazônia com um perfil alternativo e com interesses especiais, segundo depoimento de **Jean Pierre Schwars**, remontam aos anos 1960 e se deram a partir da sua porção peruana, mais exatamente na região de Iquitos e do rio Napo, em cujas margens, segundo a mesma fonte, surgiu também o primeiro hotel de selva da Amazônia, o Explorama, por volta de 1962.

Em relação à Amazônia brasileira, **Silvio Barros II** (1991) informa que, antes da implantação do primeiro hotel de selva, o *Amazon Lodge*, ocorrida em 1979, o que existia em termos de atividades turísticas eram os passeios de barco partindo de Manaus para observar o pitoresco encontro das águas barrentas do rio Solimões com as escuras do rio Negro, sem que, no entanto, fosse feito contato mais efetivo com a floresta por meio de pernoites ou incursões em trilhas. Havia, ainda, atividades de pesca e de caça, envolvendo os visitantes em um espírito de turismo meramente convencional, em que pese o exotismo amazônico que se oferecia como cenário.

Com a aproximação dos anos 1980, começam a acontecer as experiências no Brasil envolvendo, de um lado, turistas estrangeiros interessados em conhecer e vivenciar o ambiente amazônico e, de outro, a oferta experimental de serviços de transporte e de guia por

parte de pessoas estabelecidas na região, que, em meio às suas atividades, já se deslocavam para o interior da floresta e mantinham contato com os índios para troca de alimentos e outros utensílios urbanos pelo artesanato indígena, que era comercializado nas cidades.

Essas experiências iniciais na Amazônia brasileira, como observa **Jean Pierre Schwars**, guia de ecoturismo no Brasil, foram provavelmente influenciadas pela movimentação de turistas estrangeiros que já ocorria na Amazônia peruana, normalmente jovens de nível universitário desprendidos e com ímpeto aventureiro, cujas experiências turísticas alternativas, uma vez divulgadas em seus países de origem, acabavam por despertar o interesse crescente por toda a região amazônica e, com ele, a vinda de novos contingentes de turistas com perfil e interesses semelhantes.

Com isso, o transporte e a condução improvisada de turistas aventureiros, inicialmente contingencial, foi se tornando cada vez mais freqüente e transformando-se num negócio, especialmente para os mais dotados de espírito empreendedor e com certa condição pessoal para tal, como no caso do próprio depoente, que, com sua fluência idiomática e seu conhecimento da região, se estabeleceu como guia e operador local para agências de turismo norte-americanas e, sobretudo, européias. Na linguagem promocional da época, esse tipo de turismo se denominava “safári na Amazônia” ou “safári ecológico”.

Nesse período, que se estendeu pelos anos 1980, os safáris eram um tipo de cruzeiro fluvial em barco-hotel, em que os turistas, por três, quatro ou cinco dias em média, percorriam vários pontos de interesse contemplativo no interior da floresta. Pelo menos uma das empresas responsáveis por esses passeios, de acordo com **Barros II** (1991), já atuava segundo os princípios atualmente atribuídos ao ecoturismo, ou seja, havia uma preocupação com as comunidades locais visitadas no percurso turístico. Essa preocupação se traduzia, por exemplo, na disponibilização do médico de bordo para o atendimento das comunidades e na

utilização logística das embarcações como meio de fornecimento de combustível e mantimentos para a manutenção de unidades de conservação, como a Estação Ecológica de Anavilhas, então visitada durante os safáris.

A implantação do primeiro hotel de selva na Amazônia brasileira se deu em 1979 por iniciativa pioneira de um suíço, que o batizou *Amazon Lodge*. O sucesso desse empreendimento, embora totalmente isolado no seu pioneirismo, despertou a atenção de outros empreendedores que, algum tempo depois, se lançaram no mesmo tipo de iniciativa, daí surgindo a Pousada dos Guanavenas, com projeto construtivo mais sofisticado que o anterior e com localização próxima a uma vila, mas que não obteve o mesmo retorno imediato de seu antecessor *Amazon Lodge* em relação ao mercado externo.

Na esteira desses dois primeiros empreendimentos, com proposta de serviços voltada para o ecoturismo, sobrevieram vários outros, principalmente a partir do final dos anos 1980 e início dos 1990. Em 1997, eram dezessete hotéis, número considerado ainda modesto em relação ao potencial existente na região. Já **Jean Pierre Schwars** aponta para números mais dilatados, revelando uma distribuição de aproximadamente 26 hotéis na região de Manaus, dois ou três em Rondônia, um próximo a Santarém e dois na ilha de Marajó, todos no estado do Pará. Há ainda os hotéis de selva que abrigam “pescadores esportistas” na região do rio Xingu e do rio Araguaia e, ao mesmo tempo, ornitólogos e outros “amantes da natureza”, evidenciando a existência de uma diversidade de interesses do público usuário em relação ao destino em que se localizam.

Atualmente, de todos os hotéis de selva existentes na região, o *Ariáú Jungle Tower* é o mais conhecido, por hospedar celebridades nacionais e internacionais, e é ainda o que recebe o maior fluxo de visitantes, cerca de 80% dos turistas que se hospedam nesse empreendimento. Pelo menos em relação à destacada maioria dos equipamentos hoteleiros

localizados nas proximidades de Manaus, as diferenças e semelhanças entre eles consistem basicamente no seguinte:

- localizam-se a distâncias diferenciadas em relação à capital Manaus, a maioria às margens do rio Negro ou de seus tributários, um dos principais afluentes do rio Amazonas. A razão para tanto reside no fato de as águas desse rio apresentarem propriedades químicas naturais (pH baixo), não propicia à proliferação de insetos muito comuns em florestas tropicais e equatoriais, como no caso da própria Amazônia, o que constitui sério fator de impedimento ou, pelo menos, de limitação das atividades turísticas;
- as distâncias entre Manaus, local de chegada dos turistas, e os respectivos equipamentos hoteleiros são vencidas por translados aéreos (helicópteros, hidroaviões) ou fluviais (embarcações), podendo incluir também trajetos terrestres. Parte do valor — considerado elevado — dos pacotes turísticos oferecidos pelos hotéis de selva provém justamente do custo operacional desses serviços indispensáveis;
- as respectivas propostas arquitetônicas e projetos construtivos variam de caso para caso, em itens como o maior ou menor conforto e o número de unidades habitacionais. Predomina, contudo, o aspecto da rusticidade e da integração ao meio natural preexistente, fazendo com que alguns sejam de estrutura flutuante sobre os rios, ou então de estruturas aéreas sobre o solo instável, ou, ainda, na altura das copas das árvores, e a madeira é o elemento estrutural dominante. Não se têm, todavia, informações sobre a destinação de efluentes orgânicos e o tratamento de resíduos gerados nesses equipamentos, além de outros aspectos de relevância ecológica;

- os programas oferecidos aos hóspedes-turistas, a grande maioria formada por japoneses, europeus e norte-americanos, apresentam uma formatação básica comum aos hotéis de selva na região. Consistem na obrigatória observação do encontro das águas dos rios Amazonas e Negro; em pequenas incursões na selva por trilhas interpretadas nos seus aspectos mais pitorescos ou singulares; em visita à casa de caboclos ribeirinhos para o conhecimento de seu modo de vida e de sua produção artesanal; em passeios de barco e canoa pelos rios, igapós e igarapés, a maioria no rio Negro e em seus afluentes; na observação noturna de jacarés; na pesca esportiva, além de na óbvia contemplação e interpretação da paisagem verde e hidrográfica que caracteriza indelevelmente a região.
- é comum aos hotéis de selva proporcionar a seus hóspedes uma aproximação de animais nativos da região, fazendo, para tanto, uso de artifícios como a focagem noturna imobilizante dos jacarés, que os torna facilmente capturáveis, e a “domesticação” de certos animais como os macacos, a sucuri, as aves (com o corte de suas asas), entre outros, com a finalidade de aproximá-los dos turistas, incluindo o contato físico. Essa situação, por um lado, tem sido objeto de crítica por parte de setores mais puristas de ecologistas. normalmente contidos em seus redutos de militância ecológica ou no dia-a-dia acadêmico, e, por outro lado, tem recebido “aceitação tácita” por parte de segmentos de profissionais e planejadores (incluindo aqueles com formação na área de ciências naturais), encerrando assim uma controvérsia ainda não dirimida, particularmente no seu aspecto ético.

A atual formatação de programas e atividades oferecidos pelos equipamentos hoteleiros da Amazônia brasileira, na sua categorização de hotéis de selva e sob o apelo promocional do ecoturismo, atualmente ocupa uma parcela predominante — segundo

estimativas de **Schwars**, cerca de 70% —, mas não hegemônica da imagem turística da região que é disseminada, sobretudo, em escala internacional. As demais modalidades de visita (eco)turística à Amazônia incluem:

- a chegada de grandes navios cruzeiros trazendo o público da maior idade e com padrão socioeconômico mais elevado, que percorrem trechos navegáveis dos grandes rios, a partir dos quais são organizados passeios em embarcações menores e pequenas incursões pela selva;
- os barcos de turismo que partem de Manaus para diversos destinos e que, embora independentes dos hotéis de selva, incluem estes entre os seus atrativos;
- aventureiros (mochileiros) à moda dos anos 1980, porém em número bem menor do que nessa época, que realizam programas específicos de caminhadas longas, acampamentos e práticas de sobrevivência na selva, além de contatos culturais com índios e caboclos;
- o turismo de pesca dita “esportiva” em barcos pesqueiros ou nos hotéis que atendem especialmente a esse crescente segmento turístico, em que os peixes, após fígados, devem ser devolvidos à água.

Em síntese, o (eco)turismo no Amazonas está atualmente concentrado nos hotéis de selva e nos passeios fluviais, e o público turista que visita a região, mesmo considerando seus distintos segmentos, no geral é mais seletivo quanto à qualidade e quantidade de informação sobre os ambientes e os atrativos visitados e interage mais com os guias por ocasião da interpretação ambiental do que, por exemplo, o público predominantemente brasileiro que visita destinos como o arquipélago de Abrolhos, no litoral da Bahia, ou Bonito, em Mato Grosso do Sul.

A essa observação **Schwars** acrescenta que os jovens aventureiros de origem estrangeira, que predominavam na região no final dos anos 1970 e durante os anos 1980, hoje dão lugar ao público-padrão dos hotéis de selva e dos passeios fluviais, do qual eles próprios não deixam de fazer parte na sua nova condição social de vida adulta e familiar.

O recurso ao desmembramento do termo “ecoturismo” em “(eco)turismo”, nas passagens em que foi evocado, justifica-se como uma necessária medida de resguardo em relação a distância que parece separar a imagem promovida à custa do apelo ecológico e traduzida nas rotulações do tipo “eco-hotel”, “*lodge*”, “hotel de selva”, “cruzeiro ecológico”, “safári ecológico”, e a realidade que se apresenta ao turista, esta em muitas ocasiões feita da estereotipação e banalização das culturas autóctones e da “desnaturalização” da natureza, ou seja, a domesticação forçada ou induzida de animais nos moldes do anteriormente exposto, até com requintes de perversidade.

A crítica nesse aspecto se vê reforçada em **Rodrigues** (1985), para quem esses equipamentos turísticos, verdadeiros postos avançados do “turismo global” nos últimos espaços naturais remanescentes do planeta, lançam mão de tipificações da arquitetura (imitação da arquitetura tradicional), assim como da gastronomia (“cardapitalização” da culinária local), reforçando os símbolos de um “autenticidade” tão verdadeira quanto a imagem que dela fazem os turistas que a consomem.

### **6.1 Proposta Preliminar de Pólos**

O Amazonas, o Ecoturismo vem buscando desenvolver um ecoturismo de forma a preservar o meio ambiente, sendo o estado brasileiro que registra menor índice de interferência humana no seu patrimônio natural, respeito aos valores culturais e benefícios às populações envolvidas. Os três tipos de florestas existentes na Região Amazônica: de várzea, inundada ou de igapó e a floresta de terra-firme, atraem visitantes do mundo inteiro pela

biodiversidade que nelas se abrigam. O igapó é rico em palmeiras como o buriti, possui também árvores de grande poder e rara beleza com raízes expostas e troncos entrelaçados, formando um santuário dos mais variados tipos de orquídeas.

A floresta de várzea, localizada às margens dos rios, sofrendo alagações periódicas que fertilizam a terra. A terra-firme é rica em madeiras nobres, como o louro, o cedro, o mogno e outros. A fauna da região composta de roedores, felinos, aves exóticas, quelônios, primatas e uma grande variedade de peixes.

O Amazonas está inserido, entre outras regiões do planeta, no que os cientistas convencionaram denominar de Floresta da Chuva "*Rainforest*".

O Amazonas é possuidor de atrativos culturais singulares, indicadores de um enorme potencial para o desenvolvimento de um turismo de natureza. Dentre eles, destacam-se:

- Uma das maiores taxas de preservação ambiental do Brasil: 97%;
- O maior parque do Brasil e o segundo da América Latina: parque do Jaú;
- O maior rio não poluído mundo: Rio Negro;
- Grande diversidade de tribos indígenas e uma cultura cabocla própria;
- Crescente sucesso de manifestações culturais de caráter regional: Boi-bumbá e cirandas.

Numa análise preliminar de alguns possíveis pólos ecoturísticos no Amazonas, destacam-se os seguintes municípios:

## **MANAUS**

A capital do Estado do Amazonas é a porta de entrada da maior reserva ecológica do mundo: a Floresta Amazônica. Seu nome é uma alusão aos índios Manáos, habitantes primitivos da região. Abastecida pelas águas do Rio de Negro, sua arquitetura teve de se adaptar às constantes cheias dos rios à sua volta, como é o caso do porto, construído no auge do ciclo da borracha, com um cais fixo e flutuante. A cidade conta com uma vasta infraestrutura voltada ao turismo, com hotéis, restaurantes e uma Zona Franca.

### ***Principais atrações turísticas:***

**Encontro das Águas** – Ao longo de seis quilômetros ocorre o fenômeno natural do encontro das águas barrentas do rio Solimões, com as escuras do rio Negro. Os dois rios correm lado a lado, sem se misturar por seis quilômetros, com velocidade e temperatura diferentes.

**Horto Municipal** – Construído sobre um depósito de lixo, como parte de uma proposta de recuperação ambiental do lugar, o horto foi transformado no Jardim Botânico Chico Mendes, em 1989. Espalhado em uma área de 23 mil metros quadrados, ao longo de suas alamedas podem ser vistas mais de cem espécies de uma flora exuberante.

**Jardim Botânico Adolpho Ducke** – A Reserva Florestal Adolpho Ducke é uma grande área verde distribuída ao longo de 100 quilômetros quadrados. Além da fauna e flora exuberantes, o visitante tem acesso a biblioteca, cantina, salão de exposições e viveiros de mudas.

### ***BARCELOS***

Situado à margem direita do Rio Negro, é o maior Município do Estado do Amazonas em área territorial e está localizado a 396 km em linha reta de Manaus. Com um potencial turístico invejável, pois em seu território está parte do Parque Nacional do Jaú, além do Parque Estadual da Serra do Aracá e a APA-Mariuíá com mais de 1400 ilhas, o que lhe confere o título de maior arquipélago fluvial do mundo, Barcelos tem no peixe ornamental a base de sua economia com exportações para países da Europa, Ásia e América. Anualmente (janeiro) acontece o Festival do Peixe Ornamental, maior manifestação folclórica da Cidade.

### ***COARI***

Localizada à margem direita do Lago do mesmo nome, é uma das mais importantes e prósperas cidades do interior. Sua principal atividade econômica é a indústria extrativista, com destaque para a produção da castanha, desenvolvendo-se também a pecuária. O principal evento turístico do Município é a Festa da Banana, que ocorre todos os anos, sempre na primeira quinzena de agosto.

### ***ITACOATIARA***

Com cerca de 100.000 habitantes, é o maior Município do interior do Estado e está ligado à Capital pela rodovia Am 010 com 266 km de perfeito asfaltamento e sinalização. Tendo a base da economia centrada na agricultura, extrativismo, pecuária e avicultura, Itacoatiara tem em seus rios, lagos, paranás e igarapés, seus maiores atrativos turísticos. Dotada de uma excelente infra-estrutura hoteleira, a Cidade promove anualmente o FECANI, Festival da Canção de Itacoatiara, maior evento do Norte do País no gênero.

### ***MAUÉS***

O turismo é um setor econômico de potencial desenvolvimento neste Município, devido a existência de várias áreas de beleza natural como cachoeiras, grutas e reservas indígenas. Tendo o guaraná como principal fonte de recursos, sendo exportado para países como Alemanha, Estados Unidos e Japão, Maués orgulha-se por ostentar uma das mais belas orlas fluviais do Estado do Amazonas, com aproximadamente 6 km de praias contínuas.

### ***NOVO AIRÃO***

À margem direita do Rio Negro, distante de Manaus 115 km em linha reta, Novo Airão desponta como pólo de ecoturismo e de natureza. Em seu território estão a Estação Ecológica do Arquipélago de Anavilhanas, cujo plano de manejo encontra-se em fase final; parte do Parque Nacional do Jaú e parte do Parque Estadual do Rio Negro além do Sítio Histórico de Velho Airão e vários Sítios Arqueológicos ainda não pesquisados nem cadastrados. Possuidor de um rico e diversificado artesanato, o Município tem no Festival de Peixe-boi sua maior manifestação folclórica.

### ***PRESIDENTE FIGUEIREDO***

Ligado à capital do Estado pela Rodovia Federal BR 174, que integra a Amazônia Setentrional ao Caribe e a América do Norte, o Município recebeu este nome em homenagem ao primeiro Presidente da antiga Província do Amazonas, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Conhecido como “Terra das Cachoeiras” por abrigar as mais belas do Estado, Figueiredo abriga também o Lago e a Hidrelétrica de Balbina além da Vila do Pitinga e tem como principais produtos, madeira, minérios, pescado e energia elétrica.

### ***SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA***

São Gabriel da Cachoeira, uma linda cidade que localiza-se a noroeste de Manaus, São Gabriel tem umas das principais atrações turísticas, as Cachoeiras e a Bela Adormecida, para quem quer ir bem mais longe o Pico da Neblina. As Cachoeiras e as praias ficam unidas à cidade.

### ***TEFÉ***

O setor primário do Município de Tefé é representado pelas culturas do milho, feijão, cupuaçu, melancia, maracujá e banana com destaque para a produção de mandioca. As principais formas de lazer dos tefeenses encontram-se nas praças, bares passeios de barco e praias. As manifestações culturais da Cidade são a festas tradicionais e religiosas, feiras e festivais com destaque para o Festival Folclórico, o Festival de Verão e o festejo do Aniversario da Cidade em 15 de junho.

### ***MANACAPURU***

*Manacapuru* é a terceira maior cidade em população do Estado do Amazonas. Com quase 100.000 habitantes, fica distante de Manaus 84 km, indo pela estrada, já pelo rio são 102 km Conhecida como Princesinha do Solimões, foi fundada em 15 de fevereiro de 1786, numa aldeia de índios Mura. Em 16 de julho de 1932 foi elevada a categoria de cidade e de lá pra cá não parou mais de crescer.

De fácil acesso, Manacapuru tem como traço cultural mais forte a Ciranda cujo festival é realizada no mês de agosto. A festa reúne ritmos, bailados, canções, alegorias e fantasias multicoloridas que chamam a atenção dos visitantes.

## ***PARINTINS***

Localizada a 325 km de Manaus, com acesso por via fluvial ou aérea, à margem direita do Rio Amazonas, Parintins, cidade de aproximadamente 100 mil habitantes é palco de uma das maiores manifestações de cultura popular do mundo, o Festival Folclórico de Parintins, espetáculo de rara beleza onde se pode ver todo o talento e criatividade do homem da Amazônia além de suas lendas e tradições. O ritmo das toadas é contagiante e os Bois Caprichoso (azul e branco) e Garantido (vermelho e branco) empolgam suas torcidas e visitantes transmitindo alegria nas suas apresentações realizadas na arena do bumbódromo, sempre nos dias 28,29 e 30 de junho. Mas nem só de folclore vive o parintinense. Devotos de Nossa Senhora do Carmo, realizam anualmente de 06 a 16 de julho uma das maiores festas religiosas do Estado, arrebanhando verdadeiras multidões nos onze dias da festa que culmina com a procissão em louvor à santa, um espetáculo de devoção refletido no primor da decoração das ruas, nas alegorias e no brilho dos fogos de artifício, um espetáculo à parte.

A Cidade dispõe de uma boa infra-estrutura com bares, restaurantes e hotéis de excelente qualidade além de oferecer várias opções de turismo e lazer com destaque para a praia de uaicurapá, que no verão atrai multidões e transforma-se em palco para shows, festivais de música e concursos de beleza; a Vila Amazônia, agrovila que preserva na suntuosidade da arquitetura antiga, a memória da colônia japonesa; e a comunidade da Valéria que possui um rico e curioso sítio arqueológico.

## 7 PRINCÍPIOS BÁSICOS PARA ESTRATÉGIAS SUSTENTÁVEIS NO ECOTURISMO

Alguns princípios agora apresentados deverão constituir uma temática para uma nova abordagem na gestão do ecoturismo. Efetivamente, terão que ser perseguidos em nome de uma prática planejada, responsável e sustentável de negócios ecoturísticos e de ação política, determinada e eficaz no combate a desigualdades sociais e na implementação de políticas de preservação dos recursos naturais, respeito ao meio ambiente e garantia às gerações futuras do extraordinário patrimônio ambiental, cultural e paisagístico no Amazonas.

### **Princípios:**

*Ênfase na natureza e nos valores culturais autênticos*

A Natureza, sua fauna, flora, ecossistemas e paisagens, constitui-se nos atrativos por excelência do ecoturismo, e as áreas naturais que detêm esses atributos serão o destino para o qual a atividade ecoturística estará voltada. Elas terão tanto mais importância quanto mais se apresentarem como elevado grau de naturalidade e exprimirem aspectos originais e singulares. Por sua vez, as comunidades locais, sua cultura e seu modo de vida estreitamente apegados à natureza, que lhes serve de meio de vida e de entorno, serão o foco de uma abordagem ecoturística valorizadora de sua autenticidade e dignidade.

### *Minimização dos impactos ambientais*

O ecoturismo, como atividade humana, sempre terá um potencial de impactar negativamente os destinos visitados. Os impactos devem ser pensados não só em relação ao ambiente natural, mas também ao tecido social local e aos seus valores culturais. Nesse sentido, a principal medida será a educação ambiental, dirigida não só aos visitantes, mas também à população receptora e aos parceiros envolvidos nas distintas fases do desenvolvimento da atividade. Soluções técnicas e criativas para minimizar o consumo dos recursos naturais, para a reciclagem de resíduos e para a valorização do entorno paisagístico dos destinos já são adotadas em algumas experiências bem-sucedidas pelo mundo.

### *Geração de benefícios para a comunidade local*

As comunidades locais devem participar, preferencialmente desde o início da concepção e planejamento do ecoturismo no seu entorno natural, em que se localizam os recursos que interessam ao ecoturismo. Com seu envolvimento efetivo, elas se beneficiam do desenvolvimento dessa atividade. O ecoturismo, portanto, do desenvolvimento dessa atividade. O ecoturismo, portanto, deve ser uma fonte de renda para as economias locais das regiões mais afastadas dos centros econômicos e marginalizadas no processo de desenvolvimento. Isso se dará por meio da maior utilização possível dos serviços e produtos (alimentação, hospedagem, transporte, artesanato, guias, etc.) originados na própria comunidade, além do apoio às suas iniciativas.

### *Difusão da consciência ecológica por meio da educação ambiental*

O ecoturismo presta-se como um eficaz instrumento para a realização ambiental, especialmente nos ambientes naturais, por trata-se de atividade que proporciona um efetivo envolvimento com os aspectos originais e autênticos das manifestações da natureza e do

ambiente como um todo, oportunizando às pessoas conhecimentos e percepções mediante experiências de primeira mão que vão conduzi-las a novas atitudes e posturas diante do meio ambiente como cidadãs.

*Compromisso com a conservação dos recursos naturais*

Ao ser apresentado como uma atividade cuja razão de ser é a existência da natureza nas suas mais diversas e originais manifestações, o ecoturismo estabelece um compromisso intrínseco com a proteção dos ambientes e recursos naturais. Para tanto, deve fazer com que parte da renda gerada pela atividade (taxas de ingresso e de utilização de equipamentos e serviços) reverta em fundos para pesquisas, proteção, administração e manutenção dessas áreas.

A sustentabilidade econômica e ambiental, como aqui já enfatizado, implica em preceito estratégico para consolidação e ação pública e privada, no âmbito do ecoturismo, e isto significa geração de renda e manejo dos impactos ecológicos e educação ambiental como aspectos emergentes.

## 8 CONCLUSÃO

Ao transpor o reduto confortável da abordagem teórica – essencialmente abstrata – dos conceitos, postulados e princípios, para buscar na realidade sensível dos fatos as múltiplas facetas implicadas na perspectiva de um (eco) turismo sustentável, dá-se a condição de avaliar o quanto a formulação e o discurso acadêmicos ou científicos (por mais bem fundamentados e intencionados que sejam) poderão encontrar correspondência nessa mesma realidade.

O turismo convencional e, ainda mais, o turismo de massas desde muito vêm sendo alvo das mais fundadas críticas quanto aos efeitos perversos de seu desenvolvimento descontrolado, que se dão nos planos ambiental e sociocultural, residindo exatamente nesses efeitos a constatação da insustentabilidade da atividade, relacionada não só com cada um desses planos isoladamente mas também amplificada pela sinergia que se verifica na interdependência no tempo e no espaço entre campos.

O ecoturismo, que surgiu na esteira da busca por formas alternativas de turismo e da evolução do ambientalismo, hoje se estabelece como contraponto ao turismo convencional justamente no campo da sustentabilidade, no Amazonas esta reflexão guarda relevância estratégica para criação e consolidação de novos processos.

A resposta turística ao paradigma de sustentabilidade é oferecida pelo ecoturismo. O resultado é um receituário responsável que se consagrou como um referencial de princípios básicos para o ecoturismo.

São eles:

- contribuir para a conservação da biodiversidade;
- contribuir para o bem-estar das populações locais;
- incluir a interpretação ambiental, a experiência da aprendizagem no ambiente;
- envolver ações responsáveis dos turistas e da indústria do turismo;
- disseminar fundamentalmente em pequenos grupos envolvendo negócios de pequena escala;
- requerer o mais baixo consumo possível de recursos não-renováveis;
- dar ênfase à participação local e à oportunidade de negócios e iniciativas empreendedoras, especialmente para população rural.

A resposta está na adoção de uma postura de responsabilidade diante da concepção da própria atividade, aspectos substanciais de qualidade, segurança e equidade. Dessa forma, desenha-se um desenvolvimento ecoturismo com base local, equilibrando em si a satisfação da população anfitriã com a dos visitantes. Enfim, um ecoturismo responsável.

Imprescindível, implementar, definitivamente, as definições apontadas no início deste trabalho, tão bem aportadas em *Brundtland*; adotar formas de turismo que satisfaçam hoje as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades e porque não dizer sonhos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS II, S.M. “*Ecoturismo: alternativa para o desenvolvimento da Amazônia*”. Em Revista Ecorio, ano 1, nº1, Rio de Janeiro, 1991.

BOO, E. *Ecoturismo Boom: Planning for Development and Management*. WHN Série de Documentos Técnicos, Washington: WWF, nº 2, 1992.

BUCKLEY, R. “*A Framework for Ecotourism*”, Em *Annals of Tourism Research*, ano 21, nº 3, Aberdeen, Elsevier Science, 1994.

CAPECE, G.R. *Turismo sostenido y sustentable: una visión holística*. Rio Negro: El Bolsón, 1997.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. *Estúdio de prefactibilidad socioeconômica del turismo ecológico y anteproyecto arquitectónico y urbanístico del Centro de Turismo Ecológico de la Biofera Sian Ka*, an. México: Sedue, 1987.

CLARKE, J. *A framework of approaches to sustainable tourism*. *Journal of Sustainable Tourism* 5, 224.33, 1997.

CROSBY, A. et. al. *El desarrollo turístico sostenible em el médio rural*. Madri: Cefat/Natour, 1993.

\_\_\_\_\_.& MONEDA, *A Desarrollo y gestión del turismo em áreas rurales y naturales*. Madri: Cefat/Natour, 1996.

- DOWER, M. *Fourth Wave: the Challenge of Leisure. Civic Tour*, London, 1968.
- DYLLIK, T., *Ökologisch bewusste Unternehmungsführung: Der Beitrag der Managementlehre. St. Gallen, Suíça: Swiss Association for Ecologically Conscious Management. (Pedidos a Ö.B.U., Postfach 9, 9001 St. Gallen, Suíça) 1989.*
- ELKINGTON, J. and Hailes, J. *Holidays that Don't Cost the Earth*. Victor Gollancz, London. 1992.
- EMBRATUR, “*Programa Ecoturismo: versão preliminar, 1991*”. *Em Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*, Brasília: Embratur/Ibama, 1994.
- HEALY, R.G. *Economic Considerations in Nature-Oriented Tourism the Case of Tropical Forest Tourism*. Carolina do Norte: SCFER-USA North Carolina State University, Documento nº 3, 1988.
- HILLEL, E. O. “*As boas possibilidades do turismo ambiental*”. *Em Estudos de Turismo e Hotelaria, número especial*, São Paulo: SENAC-Ceatel/SP, 1994.
- HUÉSCAR, A. “*Nuevo marco conceptual del turismo*”. *Em Estudios Turísticos*, nº 117, Madri: IET. D.G. de Política Turística – Secretaria de Estado de Comercio, Turismo y Pyme, 1993.
- HUNTER, C. *Sustainable tourism as an adoptive paradigm. Annals of Tourism Research* 24, 850-67, 1997.
- KEARNEY, A. “*Green Tourism Development in Scotland*”. *Em Annals of Tourism Research*, 21 (1). Aberdeen, Elsevier Science, 1994.
- KRIPPENDORF, J. *The Holiday Makers: Understanding the Impact of Leisure and Travel*, English edition. Heinemann, Oxford, 1987.
- KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- LAFANT, M. & GRABURN, N.H.H. “*International Tourism Reconsidered: the Principle of the Alternative*”. *Em Tourism Alternatives* . Chichester:John Wiley & Sons, 1994.

- LINDBERG, K. et al. “*Ecotourism Questioned*”. Em *Annals of Tourism Research*, 23 (3). Aberdeen, Elsevier Science, 1996.
- MARINCEK, J. R. *Origem, evolução e situação atual das agências de ecoturismo de São Paulo*. São Paulo: ECA-USP, 1996
- MASON, P. *Tourism: Environment and Development Perspectives*. Londres: WWF, 1990
- MATHIESON, A. and Wall, G. *Tourism. Economic, Physical, and Social Impacts*. Longman, Harlow, 1982.
- MEADOWS, D. H. Meadows, D.L. Randers, J. and Behrens, W.W. III *The Limits to Growth*. Pan, London, 1972.
- MELÉNDEZ, A. *Turismo sostenible: argumentos para la vinculación del desarrollo sostenible com el patrimonio natural y cultural en turismo*. Documento avulso. Maracaibo: Universidad del Zulia, 1995.
- MOURÃO, R. “*Turismo participativo*”. Em *Relatório Preparatório da 1ª Bienal de Ecoturismo de Canela*. São Paulo: Ruschel & Associados, 1995.
- MOWFORTH, M. *Ecotourism: Terminology and Definitions*. Série de Relatos de Pesquisa nº 1 Plymouth: University of Plymouth. Inglaterra: Departament of Geographical Sciences, 1993.
- MURPHY, P.E. *Tourism and sustainable development*. In: Theobald. W. (ed.) *Global Tourism: the Next Decade*. Butterworth-Heinemann, Oxford, 1994.
- NANNE, K. “*A floresta domada*”. Em *Revista Caminhos da Terra*, 5 (11), São Paulo, Abril Cultural, 1996.
- NETO, J. S. “*O valor do verde*”, em revista *Veja*, 30 (51), especial, São Paulo, Abril Cultural 1997.
- ORAMS, M. B. “*Towards a More Disirable Formo of Ecotourism*”. Em *Tourism Management*, 16 (1), Trowbridge, Frances Brown, 1995.
- PACKARD, V. *The Waste Makers*. Penguin, Harmondsworth, 1960

PEARCE, P., Moscardo, G. and Ross, G.F. *Tourism-Community Relationship*. Pergamon Press, Oxford, 1996.

PEARCE, D. G. “*Alternatives Tourism: Concepts, Classifications and Questions*”. Em *Tourism Alternatives*. Chichester: John Wiley & Sons, 1994.

PIRES, Paulo dos Santos. *Dimensões do Ecoturismo*. São Paulo. SENAC, 2002.

PIZA, D. T. “*Experiências precursoras do turismo ecológico no Brasil*”. Em *Turismo em Análise*, 3 (1), São Paulo, ECA-USP, 1992.

RECK, G. *Ecoturismo y capacidades de carga, palestra*. I Curso de Capacitação de Manejo de Áreas Protegidas. Washington: World Conservation Union, 1992.

RODRIGUES, A. B. *Águas de São Pedro, estância paulista: uma contribuição à Geografia da recreação*, tese de doutorado. São Paulo: DG-FFLCH-USP, 1985.

RUSCHMANN, D. M. “*Turismo sustentado para preservação do patrimônio natural*”. Em *Turismo em Análise*, 3 (1), São Paulo, ECA-USP, 1992.

SERRANO, C. “*Diretrizes estaduais para o ecoturismo*”. Em *Boletim do IEB*. São Paulo: IEB, 1998

SOUZA, C. A.A.S. *Ecoturismo na Bahia*. Salvador: Sebrae, 1995.

SWARBROOKE, John, *Turismo Sustentável*, Editora Aleph, 2002.

TULIK, O. “*Recursos naturais e turismo: tendências contemporâneas*”. Em *Turismo em Análise*, 4 (2), São Paulo, ECA-USP, 1993.

TURNER, J. (1994) *Natural neighbour*. BBC TV, 22 October 1994.

WEILER, B. & DAVIS, D. “*Exploratory Investigation into the Roles of the Nature-Based Tour Leader*”. Em *Tourism Management*, 14 (2) Trowbridge: Frances Brown, 1993.

WESTERN, David. *Definindo ecoturismo* In LINDBERG, Kreg. HAWKINS, E. Donald. (editores). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Senac, 1999.

WILLIAMS, P. W. “*Desafios en el manejo del turismo ecológico*”. Em *Estudios y Perspectivas em Turismo*, 1 (2). Buenos Aires: Docência, 1992.

WINTER, G. et al.. *Das Umweltbewusste Unternehmen, Ein Handbuch der Betriebsökologie mit 22 Check-Listen für die Praxis*. Munique: C.H. Beck Verlag. *Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento*. 1987, Our Common future. Oxford: Oxford University Press, 1987.

WOOD, K. and House, S. *The Good Tourist*. Mandarin, London, 1991.

YOUNG, G. *Tourism: Blessing or Bling?* Penguin, Harmondsworth, 1973.

ZIFER, K. *Ecotourism: an Uneasy Alliance*. Documento nº 1, Washington: Wildlife Conservation International and Erns & Young International Management Consulting Group, 1989.

ZIMMERMANN, A. “*Planejamento e organização do turismo rural no Brasil*”. Em Anais. Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. Santa Maria UFSM, maio de 1998.